



**PROFEPT**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FARROUPILHA  
CAMPUS JAGUARI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

MARIA CRISTINA CARPES MARCHESAN

**O PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO NO INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA: PERSPECTIVAS PARA O PÓS-PANDEMIA**

Alegrete

2021

**MARIA CRISTINA CARPES MARCHESAN**

**O PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO NO INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA: PERSPECTIVAS PARA O PÓS-PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal Farroupilha – campus Jaguari, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Diniz Rossi

Alegrete

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos  
Processamento Técnico.

M316p Marchesan, Maria Cristina Carpes

O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha :  
perspectivas para o pós-pandemia / Maria Cristina Carpes Marchesan -  
Alegrete, RS: [s.n.], 2021.

94f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguarí.  
Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do  
Instituto Federal Farroupilha.  
Orientador: Prof. Drº Fábio Diniz Rossi.  
Inclui bibliografia e anexos.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Permanência – Êxito. 3.  
Evasão escolar. 4. Pandemia. I. Título II. Série.

CDU: 377

Índice para o catálogo sistemático:

Evasão escolar

371.212.8

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.

**MARIA CRISTINA CARPES MARCHESAN**

**O PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO NO INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA: perspectivas para o pós-pandemia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 02/12/2021

**COMISSÃO EXAMINADORA**

*Fábio Rossi*

Prof. Dr. Fábio Rossi

Instituto Federal Farroupilha

Orientador

*Renato X. Coutinho*

Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho

Instituto Federal Farroupilha

*Sérgio da Costa Nunes*

Prof. Dr. Sérgio da Costa Nunes

Instituto Federal Sul-riograndense

**MARIA CRISTINA CARPES MARCHESAN**

**O PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO NO INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA: perspectivas para o pós-pandemia**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 02/12/2021

**COMISSÃO EXAMINADORA**

*Fábio Rossi*

Prof. Dr. Fábio Rossi

Instituto Federal Farroupilha

Orientador

*Renato Xavier Coutinho*

Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho

Instituto Federal Farroupilha

*Sérgio da Costa Nunes*

Prof. Dr. Sérgio da Costa Nunes

Instituto Federal Sul-riograndense

Dedico este trabalho ao meu marido Jcemir Marchesan e ao meu filho Matheus Marchesan por todo o incentivo e companheirismo, por terem confiado no meu potencial quando muitas vezes nem eu mesma acreditava.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida, pelas oportunidades e por ter me capacitado para vencer as barreiras e obstáculos que atravessei neste percurso.

Meu obrigada especial à minha família por ter estado comigo em todos os momentos.

Agradeço à Universidade Federal do Pampa, em especial às colegas da Secretaria Acadêmica do Campus Alegrete, por compreenderem a minha ausência durante os afastamentos para estudos.

Meu muito obrigada ao meu orientador professor Fábio, indicando a direção certa e pela paciência e contribuições durante toda a elaboração deste trabalho.

Aos colegas e professores do PROFEPT pela amizade, incentivo, discussões e conhecimentos que compartilhamos durante o curso.

Meus agradecimentos a todos que participaram desse momento único e muito especial na minha vida!

Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã.

(Paulo Freire, 1992)

## RESUMO

A evasão e retenção são uma realidade em todas as instituições, independentemente dos níveis de ensino e, a partir do ano de 2020, esses índices foram impactados pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Tendo isso em vista, o presente trabalho busca estudar as ações propostas pelo Programa de Permanência e Êxito (PPE), e quais projetos foram desenvolvidos pelo Instituto Federal Farroupilha (IFFar), para redução do abandono escolar e retenção durante o período da pandemia. A pesquisa está vinculada à linha de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFFar - Campus Jaguari. A finalidade principal deste trabalho é propor um guia para os estudantes visando um melhor aproveitamento da aprendizagem em tempos de pandemia, através de uma avaliação das ações propostas pelo Programa de Permanência e Êxito. Para elaboração desta dissertação e produto educacional foi aplicada a pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa realizando a coleta das informações em plataformas governamentais e arquivos e documentos do Instituto Federal Farroupilha. Também foi desenvolvido como produto educacional o Guia “Organizando os estudos em tempos de ensino remoto”.

Palavras-chave: Permanência e êxito. Educação profissional e tecnológica. Evasão escolar. Pandemia.

## **ABSTRACT**

Dropout and retention are a reality in all institutions, regardless of education levels and, as of 2020, these rates were impacted by the new Coronavirus pandemic (COVID-19). With this in mind, this paper seeks to study the actions proposed by the Permanence and Success Program (PPE), and which projects were developed by the Farroupilha Federal Institute (IFFa), to reduce school dropout and retention during the pandemic period. The research is linked to the line of Educational Practices in Professional and Technological Education, of the Master in Professional and Technological Education at IFFa - Campus Jaguari. The main purpose of this work is to propose a guide for students aiming at a better use of learning in times of pandemic, through an evaluation of the actions proposed by the Permanence and Success Program. For the elaboration of this dissertation and educational product, bibliographic and documentary research was applied, of a qualitative nature, collecting information on government platforms and files and documents of the Federal Farroupilha Institute. The Guide "Organizing studies in times of remote teaching" was also developed as an educational product".

**Keywords:** Permanence and success. Professional and technological education. School dropout. Pandemic.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo dos Índices de Abandonos – Campus Alegrete - IFFar .....	17
Gráfico 2 - Taxa de distorção idade-série – 2020 – Campus Alegrete .....	41
Gráfico 3 - Opiniões sobre Guia “Organize seus estudos em tempos de ensino remoto” .....	52

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programa Permanência e Êxito dos estudantes no IFFar – Resolução CONSUP nº 178/2014 - comparativo de ações.....	43
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Rendimento Escolar % (aprovação/reprovação/abandono) .....	17
Tabela 2 - Comparativo da situação final nos cursos técnicos integrados do IFFar..	39
Tabela 3 - Taxas de Abandonos – Ano 2020 .....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE - Coordenadoria de Assistência Estudantil  
CEFET - Centro Federal de Educação tecnológica  
CODIR - Colegiado de Dirigentes  
CONSUP - Conselho Superior  
DAE - Diretoria de Assistência Estudantil  
DAD - Direção de Administração  
EPT - Educação Profissional e Tecnológica  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
IFFar - Instituto Federal Farroupilha  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC - Ministério da Educação  
PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PPC - Projeto Pedagógico do Curso  
PPE - Plano de Permanência e Êxito  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica  
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino  
PROAD - Pró-Reitoria de Administração  
PRDI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
SAP - Setor de Assessoria Pedagógica  
SECOM - Secretaria de Comunicação Social  
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
UNICEF - Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância/  
*United Nations International Children's Emergency Fund*  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA DO TEMA .....</b>	<b>16</b>
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>19</b>
3.1 OBJETIVO GERAL .....	19
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
<b>4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
4.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	20
4.2 INSTITUTOS FEDERAIS.....	22
4.3 ENSINO MÉDIO INTEGRADO .....	24
4.4 EVASÃO ESCOLAR .....	26
4.5 REPROVAÇÃO ESCOLAR.....	30
4.6 O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA .....	33
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>37</b>
5.1 COLETA DE DADOS.....	38
5.2 DADOS DA PERMANÊNCIA E ÊXITO .....	38
5.3 AÇÕES E PROJETOS REALIZADOS PELO IFFAR NO CONTEXTO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO .....	41
<b>6 PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>50</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO A - RESOLUÇÃO CONSUP Nº 178/2014.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO B - FORMULÁRIO ONLINE CRIADO NO GOOGLE FORMS COM QUESTÕES SOBRE O GUIA ENCAMINHADO AOS ALUNOS.....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Retenção e evasão consistem em temas que sempre preocupam o cenário educacional brasileiro, seja pelo aspecto social das instituições em atender, manter e possibilitar aos jovens uma formação omnilateral, abrangendo todos os aspectos e dimensões da formação humana, seja pela atual questão de sobrevivência das próprias instituições de ensino.

Em março de 2020, esse cenário foi agravado quando houve o anúncio, no Brasil, do fechamento das escolas pelo aumento do número de casos do coronavírus e a disseminação global, proporcionando um tempo muito pequeno de organização das atividades letivas e provocando muitas dúvidas: as atividades letivas deveriam aguardar o final da pandemia ou as escolas poderiam utilizar o ensino remoto? Na opção de atividades remotas, os estudantes teriam acesso a equipamentos eletrônicos e internet em suas casas? Como o ensino elaborado para ser ministrado de forma presencial poderia ser transmitido por ensino à distância? Então, em 17 de março de 2020, através da Portaria nº 343, o Ministério da Educação autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias da informação. Segundo o Relatório COVID-19 e desenvolvimento sustentável: avaliando a crise de olho na recuperação<sup>1</sup>, em torno de 147 países fecharam suas escolas, afetando cerca de 1,4 bilhão de crianças e jovens.

Esse período de pandemia tem evidenciado a intensa desigualdade educacional de nosso país. Vários indicadores de distinção social foram acentuados, ampliando o afastamento educacional que existe entre escolas públicas e privadas, ricos e pobres, “herdeiros” e “não herdeiros” (BORDIEU, 2015). Mais do que distinções sociais e educacionais, agregaram-se desigualdades digitais. Pelo acesso desigual às tecnologias e à internet, muitos estudantes não acessaram o ensino remoto ou receberam, nesse período, um ensino não qualificado, provocando aumento nas taxas de evasão e retenção. O Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (*United Nations International Children's Emergency Fund - UNICEF*) estima que 30% das crianças com idade escolar, em todo o mundo, não conseguiram acesso ao ensino remoto, durante o ano de 2020 (PNUD; UNICEF; UNESCO; OPAS, 2021).

---

<sup>1</sup> Relatório COVID-19 e Desenvolvimento Sustentável “Avaliando a crise de olho na recuperação” elaborado por um grupo de trabalho formado por especialistas do PNUD, UNICEF, UNESCO e OPAS.

No Brasil, 28% das famílias não acessam a internet, dificultando, assim, o alcance a uma educação de qualidade (PNUD; UNICEF; UNESCO; OPAS, 2021).

Ao vivenciarmos essa nova realidade, surge a necessidade de investigar as ações que foram pensadas e estão sendo utilizadas em relação ao êxito, permanência e redução da evasão escolar dos alunos e que estão discriminadas no Plano de Ações do Programa Permanência e Êxito (PPE) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) para estudantes do Ensino Médio Integrado. Esse programa foi instituído a partir de 2015, com o objetivo de estimular ações, na forma de oficinas, projetos, bolsas, e qualquer outra atividade que possa reduzir a retenção dos alunos e sua evasão

Assim sendo, o seguinte problema de pesquisa se destaca: Como o PPE pode contribuir para a permanência dos alunos em um cenário de pandemia e pós-pandemia em que os alunos estão tendo um ensino remoto, com a transferência das atividades escolares para o ambiente familiar, evidenciando a desigualdade social, como a diferença de acompanhamento e acesso a recursos tecnológicos?

E, nesse sentido, nossa pesquisa objetiva realizar um levantamento documental e bibliográfico, investigando as ações realizadas no Instituto Federal Farroupilha, concentrando nos índices de evasão e retenção do Campus Alegrete.

## 2 JUSTIFICATIVA DO TEMA

A evasão escolar é um tema que aflige o cenário das políticas públicas educacionais. A educação profissional e tecnológica consiste em uma modalidade educacional que está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta tem como finalidade precípua preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (Art. 36A) (BRASIL,1996).

Pesquisando sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nos deparamos com a dualidade que envolve o Ensino Médio: ensino propedêutico – voltado a um nível mais avançado de aprendizagem escolar – escola privada e o ensino profissional – focado no mercado de trabalho – escola pública. Efetivamente, existe uma escola voltada para formar as elites e outra para formar o proletariado.

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. ... Neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 31).

A permanência das crianças e adolescentes nas instituições escolares é uma questão que preocupa, já que a evasão se encontra nas diferentes entidades e modalidades educacionais, sejam públicas ou privadas, de ensino médio ou superior.

Nesse extenso período em que as atividades presenciais foram paralisadas, uma das principais consequências apontadas por especialistas é o provável aumento dos índices de evasão escolar. Mesmo que as escolas estejam buscando diminuir os prejuízos na aprendizagem de seus alunos, ofertando atividades de ensino remoto, é grande o desafio de manter estes engajados em seus estudos.

A pandemia da COVID-19 tornou mais grave um problema que já preocupava. Mesmo com dados escassos sobre os índices de evasão e reprovação dos Institutos Federais, no ano de 2020, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou o Censo Escolar que revela o crescimento do abandono escolar e das reprovações (BRASIL, 2021).

A Tabela 1 apresenta as taxas de rendimento escolar (aprovação/reprovação/abandono), fazendo um comparativo entre os três últimos anos, onde se pode

visualizar que o Campus Alegrete – IFFar apresentou um aumento considerável nos índices de evasão e reprovação nos seus cursos (não foi possível obter os índices por modalidade de ensino).

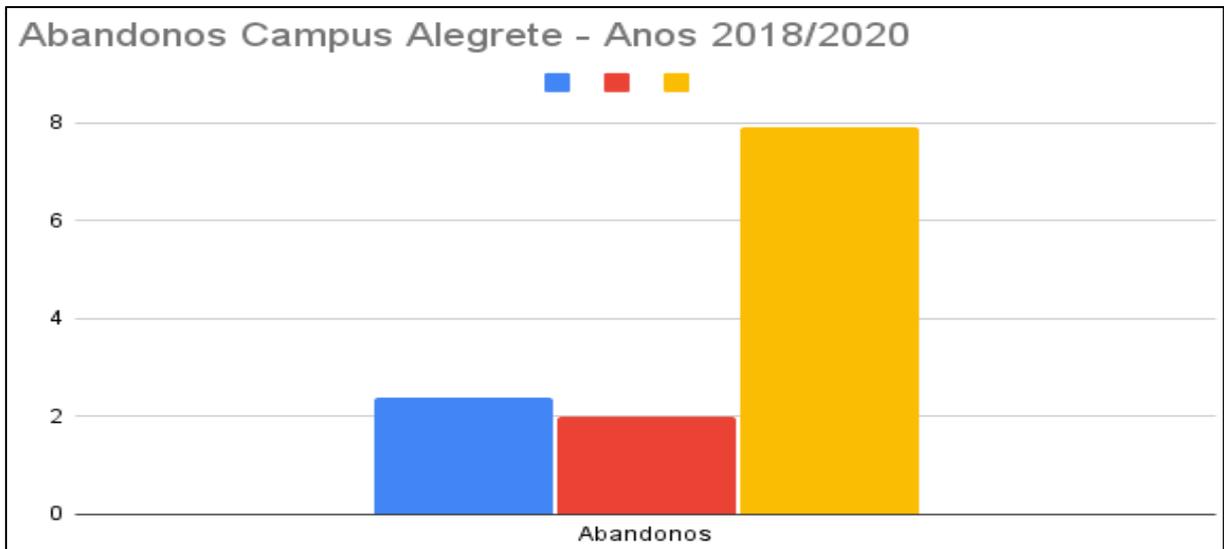
Tabela 1 - Taxas de Rendimento Escolar % (aprovação/reprovação/abandono)

Campus Alegrete - IFFar – Ensino Médio												
	2018				2019				2020			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	Total	1ª série	2ª série	3ª série	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Aprovação	73,1	63,4	79,3	89,8	75,9	62,1	86	90,5	62,2	44,8	77,4	78,8
Reprovação	24,5	34,6	15,9	10,2	22,1	34,3	13	9,5	29,9	44,8	18,3	14,1
Abandonos	2,4	2	4,8	0	2	3,6	1	0	7,9	10,4	4,3	7,1

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar 2018/2019/2020 – INEP.

Observando o Gráfico 1, é possível melhor visualizar o aumento nos índices de evasão nos cursos do Campus Alegrete, durante o ano de 2020.

Gráfico 1 - Comparativo dos Índices de Abandonos – Campus Alegrete - IFFar



Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar 2020 (BRASIL, 2021).

A eclosão da pandemia levou ao aprofundamento das desigualdades sociais e reforçou a preocupação com um cenário que já era muito grave: a reprovação, abandonos e distorção idade e série escolar. Por esses motivos, através desta pesquisa, procuraremos analisar como o Plano de Ações do Programa Permanência e Êxito do IFFar pôde ser desenvolvido e executado, auxiliando o combate do abandono escolar e redução da retenção no período da pandemia.

Justificamos a relevância por ser de grande importância a luta pela redução da evasão escolar em um cenário totalmente novo, com uma modalidade de ensino remoto. Como afirma Severino (2002, p. 159): “na sociedade brasileira marcada por tantas e tão graves contradições, a questão da relevância social dos temas de pesquisa assume então um caráter de extrema gravidade”.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Propor um guia para os estudantes, visando um melhor aproveitamento da aprendizagem em tempos de pandemia, através de uma (re)avaliação das ações propostas pelo Programa de Permanência e Êxito.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Estudar as ações propostas pelo Programa de Permanência e Êxito atual;
- b) Identificar índices de evasão, retenção e conclusão no período da pandemia (ano de 2020);
- c) Investigar as ações/projetos que foram desenvolvidos no IFFar voltados para o combate do abandono escolar e redução da retenção no período da pandemia.

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional tecnológica no Brasil, historicamente, foi marcada pela dualidade estrutural, ou seja, para a classe burguesa, uma educação privilegiada, em favor da intelectualidade e para a classe trabalhadora, a educação era precarizada, fragilizada.

No Brasil, o dualismo se enraíza em toda a sociedade através de séculos de escravismo e discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas quase na metade do século XX, o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado. Mas seu pano de fundo é sempre a educação geral para as elites dirigentes e a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 32).

O movimento histórico da política de educação profissional brasileira está entrelaçada com a própria constituição do Estado brasileiro e com as transformações dos últimos tempos: a primeira Lei de Diretrizes e Bases (1961) buscou tornar equivalentes os cursos propedêuticos e os de formação profissional; na reforma de 1971, quando se instituiu a Lei nº 5.692, que orientou a concepção de educação básica e profissional; em 1994, aconteceu a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica através da Lei nº 8.948/94 e a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica; a reforma curricular ocorrida nos anos de 1990 contribuiu para o aumento da dualidade entre a educação básica e a educação profissional de nível médio uma vez que predominou a separação entre teoria e prática, conteúdos de bases gerais e conteúdos de base técnica (RAMOS, 2014).

Em 2004, buscou-se restabelecer os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica, através do Decreto nº 5.154/2004, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, porém não trouxe uma verdadeira proposta de integração entre ensino básico e ensino técnico (RAMOS, 2014). Em 2007, através do Decreto nº 6.302, ocorreu a integração da educação básica com a educação profissional na modalidade educação de jovens e adultos (EJA) e a implantação do Programa Brasil Profissionalizado voltado principalmente para atender a rede estadual de educação. Já em 2008, obteve-se a ampliação da rede federal de

educação tecnológica, juntamente com expansão das funções para o ensino superior com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico. Com essa ampliação, vários Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas foram transformados em Institutos Superiores de Educação, Ciência e Tecnologia (RAMOS, 2014).

A Lei nº 9.394/96, que regula a educação brasileira, intitulada de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), diz que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

E também, define que a EPT é uma modalidade educacional com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Destacamos alguns conceitos ligados à concepção de educação profissional integrada à educação básica de nível médio:

- a) Formação humana integral: “expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos” (RAMOS, 2014, p. 84). Trata-se de pensar a educação que oportunize a formação integral do ser humano, em todas as suas dimensões: cognitiva, estética, ética, física, afetiva;
- b) Trabalho como princípio educativo: Saviani (1989) coloca a discussão sobre este tema defendendo que o que define a existência humana é o agir, conduzido por objetivos, para transformar a natureza, que é o trabalho. Fazendo a ligação com a educação, ela nasce da necessidade do homem de produzir sua existência através do trabalho;
- c) A pesquisa como princípio pedagógico: tem por objetivo desenvolver nos educandos habilidades cognitivas para interpretar teorias, relacionar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, aprender, buscar soluções, propor alternativas (RAMOS, 2014). É a forma de romper com a dicotomia entre ensino tecnicista para as classes desfavorecidas e a educação propedêutica para as classes abastadas. A pesquisa traz conhecimentos

necessários para que o aluno tenha resultados positivos e progrida em seus estudos e trabalho.

## 4.2 INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais foram criados de acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com o objetivo de oferecer Educação Profissional e Tecnológica em todas as modalidades, de maneira gratuita e de qualidade, estruturada para atender as carências locais e regionais da sociedade, favorecendo a ciência e tecnologia por meio do ensino, pesquisa e extensão:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008).

Essa lei que instituiu os Institutos Federais, também os define como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Os Institutos Federais procuram oferecer um ensino que tenha, por princípio, a integração da educação, ciência e tecnologia, promovendo a emancipação de seus alunos por intermédio de conhecimentos adquiridos a partir de teorias, mas também de práticas que lhes possibilitem o exercício autônomo e consciente tanto na área profissional, quanto na vida.

Procurando essa integração, busca oferecer um ensino que possa abranger uma formação geral, de qualidade, onde a pesquisa e a extensão tenham um papel principal neste trajeto de conhecimento, incentivando os alunos a interagirem com a

comunidade, detectando demandas e pesquisando estratégias para solucioná-las, tendo por princípio educativo o trabalho:

Art. 7º [...] são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008).

Nessa direção, os Institutos Federais têm um considerável papel social, pois são instituições que possibilitam uma quebra na dualidade instituída na educação, onde, para a classe trabalhadora, oferece-se um ensino técnico e conhecimentos desmembrados e, para a classe burguesa, ensino científico aprofundado.

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (PACHECO, 2011, p. 15).

Desse modo, os Institutos Federais mostram uma nova estruturação da EPT, que, anteriormente, atendia a classe trabalhadora oferecendo um ensino de técnicas específicas, para formar mão de obra que atendesse às demandas do mercado e, hoje, procura transpor essa perspectiva, entendendo o trabalho como o modo que o homem se constitui como ser social. De acordo com Antunes (2001, p. 136), “[...] o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social [...]”.

E com essa visão, de ofertar um ensino de qualidade para todos sem diferenciação, auxilia-se na diminuição das diferenças sociais, permitindo ao estudante a preparação tanto para o exercício profissional quanto para seguir seus estudos no ensino superior.

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele (PACHECO, 2011, p. 15).

#### 4.3 ENSINO MÉDIO INTEGRADO

O Ensino Médio Integrado representa uma forma de responder à estrutura da sociedade brasileira marcada por injustiças sociais, desigualdade econômica e a falta de tolerância entre as classes e também caracteriza uma possibilidade para os jovens, não apenas no que se refere à sua sobrevivência econômica. Ademais, principalmente representa um projeto educacional que integra campos do saber, permitindo seu desenvolvimento pessoal e transformação da realidade em que se insere. Assim, a integração entre teoria e prática, trabalho manual e intelectual, cultura técnica e cultural geral, interiorização e objetivação representam um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica desenvolvida em direção à politecnicidade como caracterização de uma educação média de uma sociedade pós-capitalista (SIMÕES, 2007).

A integração entre o Ensino médio e a Educação Profissional ocorreu pelo Decreto nº 5.154/2004, contudo foi no ano de 2008, através da Lei nº 11.741, que a educação profissional técnica de nível médio passou a representar modalidade de ensino médio (Seção IV-A da LDB) (BRASIL, 2008), propiciando a esse nível de ensino a preparação para o exercício de profissões técnicas.

Encontramos a definição de educação integrada no Art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi adicionado pela Lei nº 11.741:

A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art.36-B desta Lei, que será desenvolvida de forma: I – integrada, oferecida somente a quem, já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à

habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno (BRASIL, 2008).

Na concepção de Ramos (2008), o Ensino Médio Integrado apresenta-se como uma formação que considera três fundamentos:

- a) A omnilateralidade: uma formação que integra todas as dimensões da vida. Manacorda (2010, p. 94) define omnilateralidade como o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”;
- b) A integração, que considera que não se pode separar Educação Profissional e Educação Básica: esse sentido da integração orientou a perspectiva de a educação profissional ser integrada, formalmente, ao ensino médio. Relacionando ao pressuposto filosófico, é a impossibilidade de que as pessoas possam formar-se sem aprender os parâmetros da produção moderna em todos os seus aspectos. Dessa forma, também não se pode conceber que a organização educacional tenha áreas profissionalizantes desassociadas da formação básica. É necessário que a política educacional observe o rol de requisitos entre as fases formativas e organizadas dentro de um mesmo currículo. Conforme Pacheco (2012, p. 70):

Do ponto de vista organizacional, essa relação deve integrar em um mesmo currículo: a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais elevadas, e a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e para a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento.

- c) Integração entre conhecimentos gerais e específicos: é necessário que os conteúdos sejam assimilados de uma forma que manifestem a totalidade social. Dessa maneira, eles devem ser estudados em seu campo científico original, com relação a outros campos distintos – interdisciplinaridade;

A interdisciplinaridade aparece, aqui, como necessidade e, portanto, como princípio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem, pois os conceitos de diversas disciplinas seriam relacionados à luz das questões concretas que se pretende compreender (RAMOS, 2014, p. 109).

No Brasil, os Institutos Federais foram implantados com a previsão de que, no mínimo, 50% de suas vagas devam ser ofertadas na educação profissional técnica de

nível médio, prioritariamente na forma integrada. Essa prioridade dada à forma integrada comprova o objetivo da Lei de criação dos Institutos Federais no tocante à ligação entre desenvolvimento econômico e à ampliação da escolarização dos jovens da classe trabalhadora, por intermédio do aumento do ingresso em uma modalidade de ensino que tenta transpor a dualidade que distânica trabalho manual e trabalho intelectual. O Ensino Médio Integrado se apresenta como uma possibilidade de educação preparada para ajudar na superação da desigualdade educacional em que nossa sociedade está caracterizada.

#### 4.4 EVASÃO ESCOLAR

Pensar a evasão é questão de extrema necessidade, dada a proporção desse tema no âmbito educacional. É um problema que se manifesta com frequência em nossas escolas.

A evasão e a repetência apresentam-se como problemas educacionais generalizados, cujas razões relacionam-se a múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica e à ausência de metodologias de ensino que incorporem e articulem os conhecimentos dos quais os alunos são portadores (HADDAD, 2002, p. 89).

Conforme a Constituição Federal vigente, a educação é um dos direitos fundamentais que deve ser garantido ao cidadão e (Constituição Federal de 1988, artigo 205) e o artigo 206, artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (LDB), aponta a garantia do padrão de qualidade educacional, a valorização do profissional e educação e a vinculação entre educação escolar, trabalho e as práticas sociais, como princípios que devem calcar o processo educacional para que este se desenvolva de forma efetiva e favoreça a permanência e o êxito estudantil.

Dore e Lüscher (2011) acreditam que a evasão pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola, à saída do aluno da instituição, do sistema de ensino, da escola e posterior retorno ou à não conclusão de um determinado nível de ensino. Sendo que a escolha de abandonar ou permanecer na escola é determinada por aspectos individuais, fatores sociais e familiares, particularidades do sistema escolar e pela atração que outras formas de socialização, exteriores ao ambiente escolar possam agir sobre o estudante.

Embora assegurado na Constituição Federal de 1988 o direito à educação, em sua realidade, é permeado por problemas ainda não resolvidos. Esses problemas têm relação com àqueles identificados como fracasso escolar, ou seja, reprovação e evasão.

A evasão na formação técnica “é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino” (DORE; SALES; CASTRO, 2014, p. 386).

Entretanto, ao se tratar de evasão, a literatura traz uma conceituação bem diversa, produzindo ambiguidade ao estudo. Para Dore e Lüscher (2011, p. 775), a evasão escolar se relaciona a situações tão diversas quanto à retenção e à reprovação do aluno na escola, à saída do aluno da instituição, à saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, ao abandono da escola e posterior retorno. Refere-se, ainda, àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória.

Em uma definição mais abrangente, Gaioso (2005, apud BAGGI; LOPES, 2011, p. 356) explica a evasão como “um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos”. Já Johann (2012) descreve a evasão como um fenômeno caracterizado pelo abandono de curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino, rompendo vínculo existente entre aluno e escola.

De acordo com Moreira (2012), a evasão está associada ao que motiva os alunos a não permanecerem nos estudos, se constituindo, assim, a uma questão ligada ao próprio processo de democratização do ensino profissionalizante do país. Outra maneira de analisar, que as pesquisadoras apontam, é abordar a evasão do ponto de vista da exclusão. Pelas duas perspectivas, é óbvio que as investigações devem ser aprofundadas.

Identificar as razões que motivam a evasão ajudam a realização de pesquisas que encontrem formas de impedi-la, favorecendo a permanência do aluno e seu desenvolvimento.

Em 1994, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), formulado pela Comissão Especial de Estudos da Evasão (BRASIL, 1994), esclarece que a ocorrência de evasão se relaciona a três fatores:

- a) Fatores ligados às características individuais de cada estudante;

- b) Fatores internos à instituição de ensino;
- c) Fatores externos à instituição de ensino.

Pesquisas têm buscado encontrar causas para o fracasso escolar e, no Programa de Permanência e Êxito do Instituto Federal Farroupilha, há a descrição dessas divididas nas mesmas categorias relatadas acima:

**Fatores individuais do estudante:** representam aspectos peculiares às características do estudante, tais como: adaptação à vida acadêmica, capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; escolha precoce da profissão; formação escolar anterior; informação a respeito do curso; participação e envolvimento em atividades acadêmicas; questões de saúde do estudante ou de familiar; e questões financeiras do estudante ou da família.

**Fatores internos à Instituição:** constituem-se problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. É nesse rol de fatores que a instituição deve, constantemente, fortalecer sua oferta educativa. Nesse conjunto, estão os problemas relacionados à atualização, estrutura e flexibilidade curricular; cultura de valorização e identidade institucional; carência de programas institucionais para os estudantes, falta de formação continuada dos servidores, deficiência na gestão administrativa e financeira da instituição (física, material, tecnológica, pessoal, etc.) e deficiência no processo de seleção.

**Fatores externos à instituição:** relacionam-se às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão, avanços tecnológicos, econômicos e sociais; conjuntura econômica e social; oportunidade de trabalho para egressos do curso; qualidade da escola de ensino fundamental ou médio de origem do estudante; questões financeiras da instituição; reconhecimento social do curso; e valorização da profissão (BRASIL, 2014b, p. 8, grifo do autor).

Sendo assim, a evasão é a consequência de um processo que acontece em todos os sistemas e reconhecê-la proporciona a compreensão e favorece o esforço em prevenir e reduzir o percentual de alunos afastados da escola.

O problema da evasão ou não permanência do aluno na escola é uma dificuldade que atinge tanto instituições públicas quanto privadas, escolas de ensino fundamental, médio e superior e também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos e educação profissionalizante, causando efeitos sociais, econômicos e acadêmicos.

O termo “evasão” tem o sentido de fuga, desculpa, desvio ou esquiva; enquanto que o termo “exclusão” se refere ao que foi afastado, jogado fora do sistema. Assim sendo, quando nos referimos à evasão escolar, nos deslocamos para diversas realidades, em que muitas vezes não é o aluno que escolhe evadir-se da escola.

Como explica Bueno (1993), evasão pode significar uma postura ativa do aluno que decide evadir da escola, por sua própria responsabilidade e exclusão incorre em admitir a responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do adolescente que se apresenta para uma formação profissionalizante.

A evasão escolar pode acontecer como resultado da desistência ou abandono, e também após reprovações por frequência ou por nota. Nesses casos, pode ser apresentada como um fracasso escolar e, assim, encaminha para a questão da exclusão. Isto é, não se baseia em escolha do aluno.

Devemos levar três pontos de vista em consideração, para melhor analisar os fatores que levam a evasão: o do aluno, o da escola e o da sociedade. Cada ângulo pode ter um significado diferente, dado que consistem em perspectivas diferentes (DORE; LÜSCHER, 2011).

Além desses três pontos, devemos levar em consideração outras dimensões importantes nas pesquisas sobre evasão: o nível de escolaridade em que ela acontece (educação básica ou superior); e tipos de evasão, como: abandono, descontinuidade, não conclusão dos estudos, mudança de escola, desinteresse pelos estudos, problemas pessoais ou sociais (DORE; LÜSCHER, 2011).

Entre as opiniões presentes na literatura, salientamos a percepção de que a evasão representa a última etapa de um processo que é dinâmico e agregado de desengajamento do estudante da vida escolar (RUMBERGER, 1995). Sendo a evasão uma questão que demonstra efeitos tanto nos próprios alunos evadidos, como em toda a sociedade, é necessário um esforço coletivo para combatê-la, por meio de um empenho em compreender as suas causas (RUMBERGER, 1995).

Considerando a evasão escolar como a finalização de um processo, é imprescindível discutir esse assunto de maneira constante dentro das instituições de ensino, para que as razões sejam detectadas e que, desse modo, seja possível tomar as medidas necessárias para resolver o problema. Dessa maneira, é importante o estudo do tema e das políticas educacionais e sociais, o comprometimento dos profissionais da educação e a colaboração da família para eliminar a evasão escolar. De acordo com Araújo e Santos (2012, p. 13), “Estudar todas essas perspectivas se torna um desafio importante para a compreensão do fenômeno da evasão”.

#### 4.5 REPROVAÇÃO ESCOLAR

A evasão não é o único motivo de preocupação, a reprovação também preocupa, trazendo impactos negativos não apenas para o aluno, mas também para a própria família e proporcionando o desinteresse na continuação dos estudos. Conforme Tavares Júnior, Santos e Maciel (2016), o maior problema do sistema educacional brasileiro não é a evasão, mas as elevadas taxas de reprovação. Já que, de acordo com os autores, ao final de cada ano, os pais podem matricular os seus filhos em outra escola ou a escola pode rematricular os alunos repetentes como novos alunos, levando a uma subestimação da reprovação e a superestimação da evasão (TAVARES JÚNIOR; SANTOS; MACIEL, 2016). Além disso, as altas taxas de reprovação são vistas como a causa da distorção idade-série, da evasão ou do abandono escolar (SOUZA *et al.*, 2012).

Em estudos que tratam sobre a reprovação, normalmente encontra-se um debate sobre a adoção da retenção em prejuízo da progressão e as consequências em relação à trajetória escolar do aluno e como pode ser uma das causas da evasão. De outra forma, relaciona-se a reprovação à qualidade de ensino e, como resultado, à formação do aluno, possibilitando que o aluno avance para uma etapa seguinte levando as deficiências de aprendizagem e não tenha os conhecimentos fundamentais. No entanto, por outro lado, reter um aluno não garante sua aprendizagem e ainda pode prejudicá-lo no sentido comportamental e individual, dificultando seu autoconceito e o relacionamento social dos alunos (SOARES, 2007), além de ter efeitos perversos sobre a sua autoestima e motivação (SOUZA *et al.*, 2012).

Segundo Tavares Júnior, Santos e Maciel (2016, p. 3):

[...] a realização educacional não se limita ao acesso à escola ou o tempo geral de escolarização. Importa converter este período, hoje de 04 a 17 anos, em permanência e aprendizagem. Infelizmente, nossa história social é marcada por funcionamentos ineficientes dos sistemas de ensino, que convertem muitos anos de frequência à escola em poucos anos de estudo concluídos e, ainda assim, com baixa proporção de habilidades desenvolvidas.

Autores como Patto (1996), Angelucci *et al.* (2004) e Freitas (2007) apontam duas linhas principais que procuram esclarecer as causas do fracasso escolar. Primeiramente, relaciona-se com fatores intra-escolares, isto é, indicam que

defasagens na aprendizagem são decorrentes da metodologia de ensino (conteúdos, avaliação, relação professor-aluno, fatores pedagógicos, questões estruturais, entre outros). Conclui-se que essa linha de pensamento culpa somente a escola pelo fracasso, ignorando as questões estruturais de nossa sociedade e que influenciam nos processos escolares. A segunda linha procura interpretar o fracasso partindo de fatores externos à escola, ligados às condições biológicas, culturais, psicológicas e socioeconômicas dos alunos e das famílias. Como consequência dessa interpretação, surgiram estudos que atribuíam e classificavam os alunos vindos de camadas sociais populares de maneira estigmatizada: culpando alunos e famílias pelo insucesso na vida escolar e, assim, também desconsiderando problemas referentes à estrutura social e também aspectos pedagógicos como fatores que podem levar o estudante ao fracasso escolar.

Entende-se que as duas linhas de pensamento não podem ser analisadas isoladamente, visto que contribuem para o estudo dos fatores causadores do abandono e reprovação escolar. Além do mais, as causas indicadas em cada concepção não podem ser estudadas de forma isolada, já que fatores externos e internos precisam ser interpretados como um todo social. Como explica Ferraro (1999, p. 24):

A exclusão escolar na forma de exclusão da escola compreende tanto o não acesso à escola, quanto o que habitualmente se denomina evasão da escola. Já a categoria exclusão na escola dá conta da exclusão operada dentro do processo escolar, por meio dos mecanismos de reprovação e repetência.

Considerando índices de abandono e reprovação escolar na Educação Básica, Patto (1996, p. 106) considera que:

Inúmeras passagens levam à sensação de que o tempo passa, mas alguns problemas básicos do ensino público brasileiro permanecem praticamente intocados, apesar das intenções demagógicamente proclamadas por tantos políticos e dos esforços sinceramente empreendidos por muitos pesquisadores e educadores.

Sobre os efeitos da reprovação, Crahay (2007) ressalta que alunos reprovados evoluem em menor número que os alunos não reprovados. E que os alunos repetentes não costumam superar o que atrapalha em seu desenvolvimento, indicando que a promoção é preferível à repetição do ano (CRAHAY, 2007). Assim, a reprovação pode ser vista com um meio ineficaz para o combate ao fracasso escolar, e não busca a

indução das promoções, mas a importância de uma discussão sobre alternativas. Indica, ainda, a desarticulação entre teoria e prática como um obstáculo que precisa ser superado e que, muitas vezes, os professores não reconhecem a ligação entre o processo educativo e os índices de sucesso escolar.

Consequentemente, perante às múltiplas causas do não aprendizado, tem de se identificar a razão, buscando a solução apropriada. E, sobre o professor, como um agente importante de transformação social e política, sua participação efetiva é necessária para a construção do processo pedagógico (CHAHAY, 2007).

Considerando que a educação é direito de todos e dever do estado, deve ser dotada e estimulada em parceria com a sociedade, tendo em vista o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o a exercer seu trabalho e cidadania (BRASIL, 1990). Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da comunidade, sociedade em geral e do poder público assegurar, entre outros, a educação aos indivíduos (BRASIL, 1990). E, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), a educação é dever da família e do estado (BRASIL, 1996). Isso tudo nos leva à reflexão de que o sucesso escolar não é responsabilidade apenas de algum órgão ou instituição, sendo compartilhada com a comunidade escolar, pais e alunos, professores e sociedade em geral e que essa questão da reprovação e evasão escolar é extremamente complicada e exige, dos diversos âmbitos da sociedade, ações articuladas para que avanços sejam atingidos.

Dentre as consequências da reprovação, temos a distorção idade-série, desafiando as políticas educacionais. O indicador de distorção idade-série é calculado a partir dos Censos Escolares<sup>2</sup> e expresso pelo quociente de alunos matriculados em determinada série com dois anos ou mais da idade adequada para aquela série. Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 145) apontam que os estudantes que iniciam a etapa de ensino na idade correta têm mais chances de concluir o curso:

A proporção entre as taxas de aprovação indica que, para ser aprovado no primeiro ano, o estudante tem 148% a mais de chance, caso não esteja em condição de defasagem idade-série. No segundo ano, 133,7% e, no terceiro ano, 45,6%. As chances de aprovação dos estudantes com e sem defasagem de idade-série vão se aproximando por dois motivos: o abandono e a reprovação escolar, pois são maiores entre os alunos com defasagem idade-

---

<sup>2</sup> O Censo Escolar da Educação Básica (EducaCenso) é o sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar. Ele representa a realidade do Sistema educacional brasileiro, um instrumento que possibilita obter informações sobre estudantes, professores, turmas e escolas do país, sejam elas da rede federal, municipal e estadual e também das privadas.

série nas primeiras séries. O estudante com defasagem idade-série tem menos chance de aprovação do que os demais.

A distorção idade-série provoca aumento dos percentuais de evasão e está diretamente associado à repetência, visto que o aluno reprovado repetirá a mesma série, com idade mais avançada. Shirasu e Arraes (2016, p. 133) afirmam: “[...] os alunos com maior risco de repetir e/ou evadir são aqueles que já repetiram alguma série, estando com pelo menos dois anos atrasados em relação ao que seria considerado ideal para sua faixa etária”.

#### 4.6 O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Nos últimos dez anos, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vem passando por expansão e interiorização do ensino profissional com o objetivo de democratização da oferta no Brasil. Apesar disso, nesse período, os índices de evasão e retenção têm sido consideráveis, contradizendo o ponto de vista de maior acesso à educação e da garantia de permanência. Várias atitudes de combate à evasão e retenção foram realizadas, entre as quais o aumento de recursos destinados aos programas de assistência estudantil e também um incremento das atividades que propiciem ao estudante uma maior participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de garantir êxito na formação acadêmica.

No ano de 2013, o Tribunal de Contas da União realizou uma auditoria que teve como consequência o Acórdão 506/2013, que mostrou a evasão como uma dificuldade para o crescimento da rede de EPT. Essa auditoria buscou revelar as causas da evasão, requisito para que políticas eficientes sejam construídas para diminuir o problema. *In verbis*:

Pela diversidade de fatores que afetam a evasão, pode-se inferir que desenhar políticas ou estratégias de combate à evasão nos Institutos Federais constitui-se em uma tarefa complexa. Primeiramente, é preciso levar em conta que os Institutos Federais ofertam cursos para públicos bastante heterogêneos em termos acadêmicos e sociais. Essas diferenças fazem com que políticas específicas devam ser elaboradas para cada segmento (BRASIL, 2013).

A partir desse Acórdão, a Secretaria de Educação Profissional criou grupos de trabalho para a elaboração do Documento Orientador para a Superação da Evasão e

retenção na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que apontou ações que deveriam ser colocadas em prática pelos Institutos Federais:

Assim, esse Documento tem o propósito de orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. Assim, oferecem-se subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo (BRASIL, 2014a, p. 3).

Esse documento é formado por um histórico e características da Rede Federal, o processo de expansão, a complexidade e diversidade da oferta educacional. Também são apresentadas bases conceituais de evasão e retenção, pesquisas nacionais e internacionais e indicadores de evasão, retenção e conclusão (BRASIL, 2014a).

Os estudos e pesquisas sobre causas de evasão serviram para que as Instituições produzissem um plano de intervenção, tendo como base os diagnósticos quantitativos e qualitativos. Após essa análise, é possível conhecer os fatores sociais, individuais, culturais, econômicos e acadêmicos que provocam o abandono ou permanência dos estudantes (BRASIL, 2014a).

Por fim, o Documento Orientador traz a proposta de elaboração de um Plano Estratégico de Monitoramento e Intervenção da Evasão e retenção. Esse plano deve envolver um rol de ações que levem à identificação precoce dos problemas e aplicação de medidas institucionais e pedagógicas que minimizem o problema. Formado por quatro etapas, o plano é formado, inicialmente, pela constituição de comissão interna; após, pela elaboração de diagnóstico quantitativo e qualitativo; e, por fim, pela consolidação do plano institucional (BRASIL, 2014a).

Esse documento serviu como guia na condução de políticas institucionais para permanência e êxito dos Institutos Federais. Diante disso, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) recomendou a elaboração de um Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes, com a finalidade de estimular a qualidade de ensino por meio de ações que incentivem a permanência e a promoção acadêmica.

A SETEC, tendo em vista que a evasão e a retenção são ocorrências complexas que apresentam características marcadas pelos aspectos econômicos,

sociais e culturais da região de abrangência de cada um dos Institutos Federais e que, assim, o enfrentamento depende muito mais de ações locais do que globais, atribuiu a cada instituição da Rede Federal a ação de elaborar e desenvolver um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção com ações previstas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) e com resultados apresentados nos relatórios anuais das gestões institucionais (BRASIL, 2014a). Esses planos estratégicos deveriam estar fundamentados metodologicamente em quatro etapas: Instituição de Comissão Interna, Elaboração de Diagnóstico Quantitativo, Elaboração de Diagnóstico Qualitativo e Consolidação de Plano Estratégico.

A partir disso, iniciaram-se as discussões sobre o estabelecimento de um programa no IFFar. Em 2014, uma Comissão multiprofissional foi criada e, em seis meses, o Programa Permanência e Êxito (PPE) foi estruturado e aprovado pelas instâncias superiores, o Colegiado de Dirigentes (CODIR) e o Conselho Superior (CONSUP) (SILVEIRA, 2017). Essa ação recebeu o nome de Programa de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFFAR e está regulamentado através da Resolução nº 178/2014 de 28 de novembro de 2014 do Conselho Superior (CONSUP) do IFFAR (BRASIL, 2014b).

O programa, como o próprio nome indica, possui duas frentes de atuação que estão explicitadas nos objetivos constantes no projeto. De um lado, a instituição preocupa-se com o problema da evasão buscando a manutenção do vínculo com os alunos ingressantes e, de forma complementar a esta primeira, direciona a atenção do programa para o combate à retenção, atuando no sentido desses alunos completarem a sua formação no tempo previsto pelos PPCs. Destaca-se ainda que, dentro da realidade multicampi do IFFAR, esse programa caracteriza-se como a primeira ação global dentro do instituto na tentativa de melhora dos seus indicadores no contexto de sua atuação educacional. O programa tem como foco concentrar esforços institucionais nas ações que garantam a permanência e o êxito dos alunos, buscando, dessa maneira, minimizar as situações que geram retenção ou abandono do ambiente escolar.

Passados alguns anos da implantação do Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha, é possível apurar que os índices de evasão continuam consideráveis. Verificando na Plataforma Nilo Peçanha, que se destina à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, é possível averiguar índices de evasão de 20,6% em 2018 e 16,2%, em 2019 (BRASIL, 2018). E, de acordo com o Censo Escolar do INEP, taxas de abandono e reprovação acima de 5%, indicam a necessidade de se definir estratégias para conter a evasão escolar (BRASIL, 2021).

O PPE no IFFar foi desenvolvido com o intuito de fortalecer a oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade e desenvolver ações que promovam a permanência e êxito dos alunos. Entre os objetivos propostos estão: socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como individuais ao estudante, internos e externos à instituição. Além disso, o PPE procura inspirar o sentimento de pertencimento ao IFFar, consolidar a identidade institucional e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção (BRASIL, 2014b).

Um rol de ações está anexo ao PPE, onde constam fatores individuais, internos e externos à instituição. Para cada um dos fatores, são mostradas estratégias e ações para sua superação. Cada campus do Instituto apresentou até duas ações em cada um dos fatores, colocando-os como prioridades.

Na expectativa de fortalecer a política de permanência e êxito na Rede Federal, o MEC e a SETEC promulgaram a Portaria nº 8, que institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal. Tal Comissão tem como principal atribuição acompanhar e monitorar as ações das instituições que fazem a parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no que diz respeito ao cumprimento dos Planos Estratégicos para Permanência e Êxito dos Estudantes (BRASIL, 2019).

O conceito de evasão utilizado no Programa de Permanência e êxito no IFFar tem como base o definido na Portaria nº 51, de 21 de novembro de 2018, da Plataforma Nilo Peçanha, que indica aluno evadido como aquele que perdeu o vínculo com a instituição antes de concluir o curso. Nesse contexto, a evasão se caracteriza pelo abandono de curso ao qual estava matriculado, mesmo que seja transferido ou ingresse em outra instituição de ensino. E, retenção escolar, relaciona-se ao aluno que está matriculado, mas não integraliza o curso no período definido no PPC)

A efetivação do PPE no IFFar está fundamentada no PDI, que objetiva a execução da meta institucional, definida nas ações de Política de Atendimento aos discentes, que visa a redução dos índices de evasão e retenção.

## 5 METODOLOGIA

Para que esta pesquisa seja realizada, buscamos auxílio em Gil (2002, p. 17), que define pesquisa como: “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Nossa pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa, dado que:

Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de um problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e, possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (DIEHL; TATIM, 2004, p. 52).

Com base nos procedimentos técnicos, está classificada como documental, para, inicialmente, compreender o processo de evasão escolar e as medidas já adotadas e previstas no Programa de Permanência e Êxito (PPE). A análise documental “constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 23).

Para Fonseca (2002), a pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. Já a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. Corsetti (2006) corrobora a importância da análise documental nos estudos educacionais, visto que permite resgatar informações valiosas no cruzamento dos dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos.

Quanto aos objetivos, o estudo aqui apresentado é do tipo exploratório e descritivo. Segundo Bonomo (2009), a pesquisa exploratória é a primeira aproximação com o tema, visa conhecer os fatos e fenômenos relacionados ao mesmo; recuperar as informações disponíveis; e descobrir os pesquisadores. É feita através de: levantamentos bibliográficos e entrevistas com profissionais da área, visitas às instituições, empresas, websites, etc. A pesquisa exploratória, quanto aos fins,

segundo Vergara (2000), é realizada em área na qual há pouco conhecimento científico acumulado ou sistematizado. Sobre a pesquisa descritiva, Vergara (2005) afirma que essa pesquisa atende de forma mais adequada à intenção de estudos, que pretendem expor as características de determinado fenômeno.

Sendo assim, esse estudo foi desenvolvido utilizando a pesquisa documental para analisar os índices numéricos, legislações e ações documentadas na Instituição e dados estatísticos disponíveis nos sites do IFFar, na Plataforma Nilo Peçanha e nos Censos Escolares da Educação do INEP. Também, foram usados procedimentos da pesquisa bibliográfica, analisando artigos científicos, teses e dissertações, com o objetivo de embasar o referencial teórico deste trabalho. A análise das informações possibilitou a estruturação de tabelas para comparar os índices de evasão e reprovação dos anos 2018, 2019 e 2020. Além disso, o Pró-Reitor de Ensino, da gestão atual, participou da pesquisa ao responder sobre as atividades que foram possíveis de realização durante a pandemia.

## 5.1 COLETA DE DADOS

A coleta das informações foi estabelecida a partir de investigação de dados em plataformas governamentais e arquivos e documentos do Instituto Federal Farroupilha.

Primeiramente, foram averiguados dados relacionados à situação dos alunos, como números de matrícula, abandonos e reprovações, por meio dos sistemas governamentais de controle de alunos como Educacenso e Plataforma Nilo Peçanha. Essa averiguação concentrou-se no período de 2018-2020.

Na organização dos dados, a próxima etapa consistiu no levantamento de informações nos documentos (Normas, Resoluções) relativos às ações e projetos desenvolvidos no IFFar, durante o período da pandemia, que tomaram como base o PPE e procuraram auxiliar no combate ao abandono e retenção.

## 5.2 DADOS DA PERMANÊNCIA E ÊXITO

Nessa subdivisão, pretende-se apresentar os dados dos indicadores educacionais buscados em documentos institucionais e plataformas governamentais, procurando acompanhar os dados de permanência e êxito dos anos 2018 a 2020.

Na Tabela 2, são apresentados dados referentes à aprovação, reprovação e evasão, comparando os índices dos anos 2018 a 2020, procurando mostrar os dados de cada campus do IFFar.

Tabela 2 - Comparativo da situação final nos cursos técnicos integrados do IFFar

Cursos técnicos integrados do IFFar - Anos 2018/2019/2020															
Campus	Matrículas iniciais			Evasão			Aprovados			Reprovados			Progressão*		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020*	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Alegrete	378	394	390	69	103	7	269	252	228	31	85	154	71,16%	64,00%	58,50%
Frederico Westphalen	386	441	469	27	32	20	252	394	419	13	15	25	65,28%	89,30%	89,30%
Jaguari	92	138	173	5	4	19	59	109	140	1	17	14	64,13%	79,00%	80,90%
Júlio de Castilhos	362	373	425	42	47	4	241	276	316	23	84	105	66,57%	74,00%	74,40%
Panambi	296	323	331	24	20	10	181	276	278	11	38	43	61,14%	85,40%	84,00%
Santa Rosa	186	232	246	8	6	12	114	200	206	4	24	28	61,29%	86,20%	83,70%
Santo Ângelo	292	319	347	38	27	12	187	258	272	21	43	63	64,04%	80,90%	78,40%
Santo Augusto	350	467	415	63	26	13	265	392	382	21	50	20	75,71%	83,90%	92,00%
São Borja	374	357	388	22	9	14	254	265	309	18	79	64	67,91%	74,20%	79,60%
São Vicente do Sul	907	788	821	65	86	29	516	662	713	193	75	79	56,89%	84,00%	86,80%
Uruguaiana	139	256	301	11	13	14	-	177	212	-	63	75	-%	69,10%	70,40%
Total	3762	4088	4306	374	373	154	2338	3261	3475	336	573	670	62,15%	79,80%	80,70%

\*Os dados referentes à evasão de 2020 ainda não estão totalmente disponíveis. Os números que se encontram na tabela referem-se apenas à "matrículas canceladas". Nos dados de 2018/2019, constam na Plataforma Nilo Peçanha os totais de "Matrículas canceladas, Abandonos e Transferências Externas".

Fonte: Dados organizados pela autora com base na Plataforma Nilo Peçanha e Relatório da situação final dos estudantes dos cursos do IFFar – ano letivo 2020.

No que se refere aos índices de aprovação, pode-se observar redução nos campi Alegrete, Panambi, Santa Rosa e Santo Ângelo. Considerando, de forma geral, não há grandes alterações nos índices de progressão, excetuando-se o Campus Alegrete.

Quanto à evasão e levando-se em conta todas as modalidades de ensino existentes nos campi, durante o ano de 2020, temos os dados presentes na Tabela 3.

Tabela 3 - Taxas de Abandonos – Ano 2020

<b>Campus</b>	<b>Abandono</b>
Alegrete	7,90%
Frederico Westphalen	0%
Jaguari	0,70%
Júlio de Castilhos	0,20%
Panambi	0,70%
Santa Rosa	0,00%
Santo Ângelo	0,80%
Santo Augusto	0,50%
São Borja	0,00%
São Vicente do Sul	0,20%
Uruguaiana	1,70%

Fonte: Censo da Educação Básica INEP.

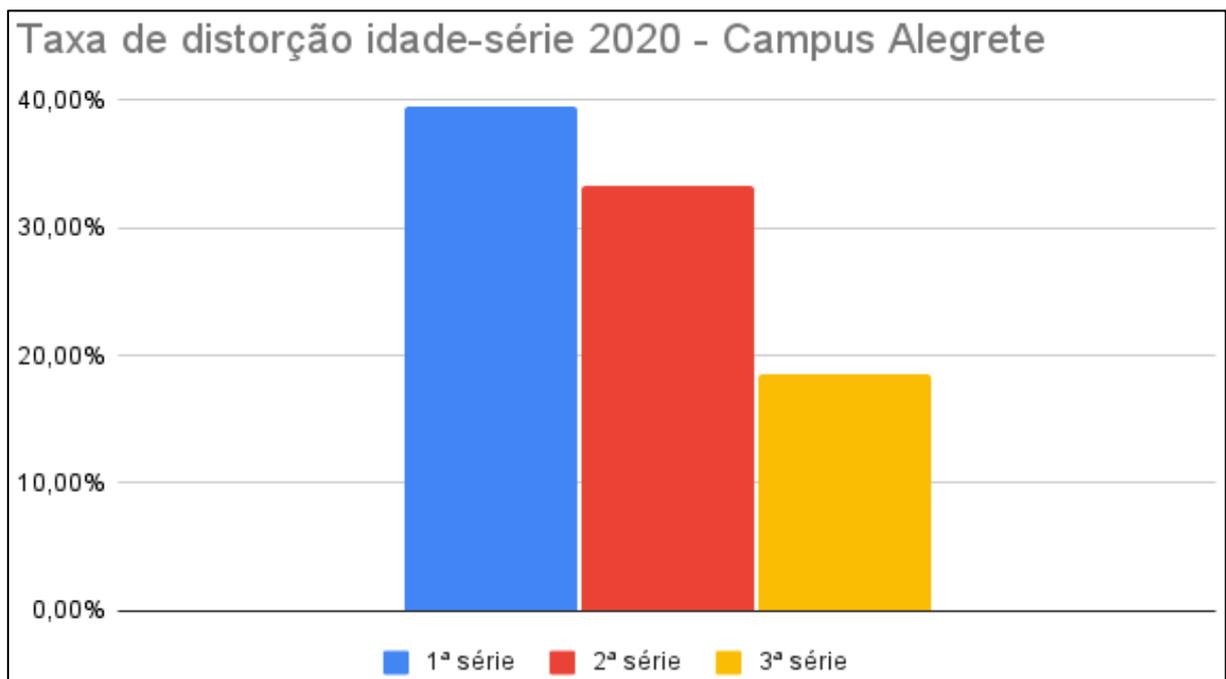
Verificam-se índices bem baixos de evasão nos campi, apenas o Campus Alegrete apresenta um índice bem considerável de abandonos – 7,9%. Como o INEP não divulga os índices por modalidade de ensino, temos apenas o total de ocorrências nos campi.

Por verificar o aumento dos índices de reprovação e abandonos no Campus Alegrete, e reconhecendo que, como consequência da reprovação, temos a distorção idade-série e, por fim, a exclusão, foi averiguada a taxa de distorção idade-série no ano de 2020.

Pode-se observar que a 1ª série apresenta uma distorção de 39,50%, a 2ª série, 33,30% e a 3ª série, 18,60%. A alta taxa apresentada pela 1ª série pode significar o despreparo com que os estudantes chegam do Ensino Fundamental, já trazendo as diferenças de idade e, após, refletindo nas demais séries. De acordo com a LDB – Art. 35, a oferta preferencial do Ensino Médio é para a população de 15 a 17 anos (BRASIL, 1996).

A distorção idade-série caracteriza a dimensão de matriculados entre 15 e 18 anos no Ensino Médio com idade superior em dois anos ao recomendado para cursar os três anos do Ensino Médio. O indicador de distorção idade-série é calculado a partir dos Censos Escolares, pelo quociente de alunos matriculados em determinado ano com dois anos ou mais da idade adequada para aquela série (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Taxa de distorção idade-série – 2020 – Campus Alegrete



Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Escolar 2020 (BRASIL, 2021).

### 5.3 AÇÕES E PROJETOS REALIZADOS PELO IFFAR NO CONTEXTO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO

A partir de março de 2020, com a declaração do estado de pandemia com relação à COVID-19, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), as atividades educacionais foram suspensas (UNA-SUS, 2020). No IFFar, através da Portaria nº 313/2020, as atividades letivas presenciais foram alteradas para o ensino remoto. Essas mudanças fizeram a instituição repensar suas atividades e sua relação com as diversas tecnologias, para que não houvessem grandes consequências no processo educativo (BRASIL, 2020).

A seguir, foram enumeradas ações que foram desenvolvidas pelo IFFar, para que os alunos fossem auxiliados durante a pandemia:

- a) Concessão de auxílios financeiros;

- b) Disponibilização de materiais impressos ou conteúdo digitalizado em pendrives e empréstimo de computadores;
- c) Ações de acompanhamento pedagógico e psicológico;
- d) Ações formativas direcionadas aos servidores e estudantes através do Programa IFFar Formação;
- e) Estratégias para impedir o aumento das reprovações como a flexibilização dos critérios de aprovação e a adoção do Plano de Estudos individualizado para os cursos técnicos integrados, inclusive os da modalidade EJA/EPT (Proeja), conforme Resolução nº 2/2021- Consup.

As ações concebidas no PPE foram organizadas conforme os fatores que concorrem para a evasão: fatores individuais dos alunos e fatores internos e externos à instituição. Para os fatores internos, foram planejadas ações que abrangem programas de acolhimento, ações de integração entre instituição - família - comunidade externa, divulgação da instituição e cursos, ações que reduzam dificuldades pedagógicas, assistência estudantil com serviços de saúde, auxílios e bolsas de iniciação científica.

Compreendendo os fatores internos e externos à instituição, temos procedimentos como: criação de Diretrizes institucionais, políticas de atendimento ao discente, formação continuada para os professores das Redes Públicas e ações de sensibilização e formação dos servidores visando a permanência e êxito dos estudantes.

A partir da pesquisa sobre as ações desenvolvidas pelo PPE, foi elaborado o Quadro 1 com as estratégias previstas e quais foram possíveis de serem realizadas durante o tempo de ensino remoto.

Quadro 1 - Programa Permanência e Êxito dos estudantes no IFFar – Resolução CONSUP nº 178/2014 - comparativo de ações

Fatores de evasão/ Retenção	Estratégias	Ações	Possibilidade de realização	Outras atividades foram realizadas?
			Sim/Não/ Parcialmente	
Dificuldade de adaptação à vida escolar /acadêmica	Desenvolver programa de acolhimento e acompanhamento aos alunos	- Encontro de acolhimento das turmas ingressantes	Sim	Lives de acolhimento, vídeos tutoriais e materiais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.
		- Diagnóstico das turmas ingressantes ao final do primeiro mês de aula	Sim	Relatório de acompanhamento das atividades acadêmicas (em andamento).
		- Encontros de orientação para a vida escolar e acadêmica	Sim	Lives e reuniões por turma/curso (atividade dos campi)
Distanciamento da escola com a família	Ampliar os espaços de interação entre a instituição, a família e a comunidade externa	- Planejar a articulação com a família nas atividades do Campus	Sim	Lives e reuniões por turma/curso (atividade dos campi)
		- Articulação com a rede de proteção da criança e do adolescente e da mulher	Sim	Eventos institucionais
- Deficiência da organização para os estudos - Dificuldade de aprendizagem - Formação escolar anterior deficitária	Projeto de organização da atividade estudantil	- Submissão de projetos de Ensino voltados para organização e metodologias de estudo e nivelamento	Sim	Edital (atividades realizadas pelos campi) coordenado pela PROEN
		Efetivação Recuperação Paralela	Sim	Atividades realizadas pelos campi
		Acompanhamento diário dos alunos (observações diárias sobre as turmas, incluindo a frequência do integrado e subsequente	Sim	Atividades realizadas pelos campi (SAP, CAE e coordenadores de curso)

(Continua)

(Continuação)

Fatores de evasão/ Retenção	Estratégias	Ações	Possibilidade de realização	Outras atividades foram realizadas?
			Sim/Não/ Parcialmente	
- Deficiência da organização para os estudos - Dificuldade de aprendizagem - Formação escolar anterior deficitária	Projeto de organização da atividade estudantil	Criação de grupos de estudos (com base no diagnóstico)	Parcialmente	Atividades realizadas pelos campi
		Disponibilizar videoaulas na WebTV com explicações sobre conteúdos de maior dificuldade para os estudantes	Sim	Atividades realizadas pelos campi
		Voltar os programas educacionais (PIBID/PET/LIFE) para o público interno	Sim	Atividade realizada nos campi e pela Coordenação de Programas Educacionais da PROEN
		Programa de monitorias com os alunos de licenciatura para os alunos integrados	Sim	Edital (atividades realizadas pelos campi) coordenado pela PROEN
Desmotivação com o curso escolhido  Causa externa: Reconhecimento Social do curso e valorização da profissão - Deficiência do processo seletivo	Ações de divulgação da instituição e dos cursos visando o reconhecimento dos cursos e valorização das profissões	- Qualificação da divulgação dos cursos no processo seletivo; - divulgação do curso focada no perfil do egresso - divulgação direta; divulgação na web TV - uso prioritário de divulgação via site (redimensionado) e redes sociais	Sim	Atividades realizadas pela instituição (reitoria, SECOM e os campi).

(Continuação)

Fatores de evasão/ Retenção	Estratégias	Ações	Possibilidade de realização	Outras atividades foram realizadas?
			Sim/Não/ Parcialmente	
Desmotivação com o curso escolhido  Causa externa: Reconhecimento Social do curso e valorização da profissão - Deficiência do processo seletivo	Ações de divulgação da instituição e dos cursos visando o reconhecimento dos cursos e valorização das profissões	- Formação dos divulgadores	Sim	Atividades realizadas pela instituição (reitoria, SECOM e os campi).
		Programa de Orientação Profissional	Parcialmente	Atividades coordenadas pelos campi
		Dia de divulgação do Campus Elaborar projeto integrado de divulgação	Não	
		- Ações permanentes de valorização dos cursos; - Reuniões administrativas e pedagógicas dos cursos sobre ações de divulgação e valorização dos cursos com envolvimento dos servidores; - Envolvimento dos representantes de turmas; - Envolvimento dos egressos com os alunos em curso	Sim	Atividades coordenadas pelos campi e PROEN.

(Continuação)

Fatores de evasão/ Retenção	Estratégias	Ações	Possibilidade de realização	Outras atividades foram realizadas?
			Sim/Não/ Parcialmente	
Desmotivação com o curso escolhido  Causa externa: Reconhecimento Social do curso e valorização da profissão - Deficiência do processo seletivo	Ações de divulgação da instituição e dos cursos visando o reconhecimento dos cursos e valorização das profissões	Articulação institucional com órgãos externos para valorização dos cursos- CONFIF, SETEC, CREA, CONFEA Fóruns: FDE, PDI, FORPOG, FORPGRAD, FORPPROEX, MDA e outros	Sim	PROEN
Dificuldade de conciliar a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; - Dificuldade de participação e envolvimento nas atividades acadêmicas	Utilizar os procedimentos legais e estratégias pedagógicas possíveis para amenizar as dificuldades conforme cada caso específico	- Avaliação integrada	Parcialmente	Atividades coordenadas pelos campi
		- Planejamento do Calendário de avaliações (evitar avaliações em datas festivas)	Sim	Atividades coordenadas pelos campi
		- Conciliar atividades presenciais com atividades não presenciais para orientação de estudos - Prevalência do qualitativo sobre o quantitativo - Reconhecimento dos saberes para alunos do PROEJA	Não se aplica pela pandemia	
		- Recuperação paralela	Sim	Atividades coordenadas pelos campi

(Continuação)

Fatores de evasão/ Retenção	Estratégias	Ações	Possibilidade de realização	Outras atividades foram realizadas?
			Sim/Não/ Parcialmente	
Questões de saúde do estudante ou familiar	Prevenção e orientação pelo serviço de saúde	- Parcerias e convênios para encaminhamentos	Sim	Atividades coordenadas pelos campi
		- Eficácia dos serviços de saúde	Sim	Atividades coordenadas pelos campi
		- Programa de Assistência Estudantil	Sim	Revisão do programa de auxílios.
		- Orientação e encaminhamentos pelo Serviço Social	Sim	Atividades coordenadas pelos campi
- Problemas relacionados a atualização, estrutura e flexibilização curricular	- Elaboração de Diretrizes Institucionais e revisão da organização didático pedagógica	- Revisão dos PPCs com previsão de PPI/ACC/ Disc.Eletivas/ Estágios/Visitas técnicas/Projetos de Pesquisa e Extensão	Sim	Reuniões, grupos de trabalho, entre outros
Carência de programas institucionais para os estudantes	Políticas de atendimento ao Discente envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão conforme PDI	Monitoramento e avaliação das ações previstas na política de atendimento ao discente	Sim	Relatório de acompanhamento da Diretoria de assistência estudantil – PROEN

(Continuação)

Fatores de evasão/ Retenção	Estratégias	Ações	Possibilidade de realização	Outras atividades foram realizadas?
			Sim/Não/ Parcialmente	
Gestão administrativa e financeira da instituição (física, material, tecnológica, pessoal, et.c)	Agilidade e transparência nos processos de gestão/comunicação institucionais	-Oferta de cursos com real demanda regional e conforme Res. Consup 55/2020	Sim	Reuniões e grupos de trabalho
		- Regularidade no pagamento dos auxílios estudantis	Sim	DAE/PROEN
		- Normas internas que garantam o fluxo e a agilidade dos processos administrativos	Sim	<a href="https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/in%C3%A7cio">https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/in%C3%A7cio</a>
		Socialização do orçamento anual nos Campus no início de cada ano fiscal	Sim	Reuniões de planejamento (PROAD e DAD)
	Formação de servidores do setor administrativo	- Programa de Capacitação	Sim	Eventos e cursos promovidos pela instituição
- Falta de formação continuada dos servidores - Dificuldade com metodologias adotadas pelos professores	Programa institucional de formação continuada dos servidores diretamente ligados ao ensino	- Reuniões pedagógicas de planejamento dos cursos - Apresentação dos planos de disciplina por curso entre os docentes - Efetivar as possibilidades previstas nos PPCs, PPIs, visitas técnicas, etc. - Planejamento de ações integradas nos cursos	Sim	Atividades coordenadas pelos campi e PROEN

(Conclusão)

Fatores de evasão/ Retenção	Estratégias	Ações	Possibilidade de realização	Outras atividades foram realizadas?
			Sim/Não/ Parcialmente	
- Falta de formação continuada dos servidores  - Dificuldade com metodologias adotadas pelos professores	Programa institucional de formação continuada dos servidores diretamente ligados ao ensino	- Planejamento de ações integradas nos cursos - Realização de avaliações integradas - Grupos de estudos orientados ou voluntários, apoio didático pedagógico para organização nos estudos.	Sim	Atividades coordenadas pelos campi e PROEN
		- Cursos de aperfeiçoamento	Sim	Atividades coordenadas pelos campi e PRDI
		- Encontros de socialização de boas práticas	Sim	Reuniões e eventos
Qualidade na escola de ensino fundamental ou médio do estudante	Atuação na formação continuada dos professores das Redes Públicas Municipais e Estaduais	- COMFOR/FEPAD	Parcialmente	Atividades coordenadas pelos campi
		-Projetos de Extensão, Programas Educacionais de Formação Continuada	Parcialmente	Atividades coordenadas pelos campi
Demais fatores verificados pelo diagnóstico e acompanhamento permanente	Pensar ações específicas para cada fator identificado		Sim	Edital para desenvolvimento de material pedagógico para recuperação de aprendizagem durante a pandemia, reuniões de acompanhamento, ações do programa IFFar Formação

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino.

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL

Em razão da pandemia do COVID-19, as aulas presenciais foram suspensas. Mesmo sabedores de que essa suspensão foi necessária, pais, alunos e professores preocuparam-se com os prejuízos dessa quebra de rotina e de como seria o estudo em formato remoto. A exigência naquele momento era o cuidado com a saúde, mas também havia a necessidade de se adaptar à nova realidade. As aulas foram transferidas para plataformas on-line e foi necessário criar estratégias para que os alunos continuassem aprendendo de forma viável durante a pandemia.

Todavia, o andamento das atividades não foi o mesmo de uma aula presencial. Os planos de aula tiveram que ser modificados, pois crianças e adolescentes muitas vezes não têm os pais com tempo ou formação para acompanharem suas atividades por tempo integral. Dessa forma, foi necessário entender as limitações da educação remota. Os estudantes tiveram várias dificuldades quanto à tecnologia, como acesso à internet e computadores, e também quanto à aprendizagem, mas também quanto à socialização, tão importante ao processo educativo e através do qual normas e costumes são assimilados e compartilhados, dificultando a formação integral que precisa estar envolvida em responsabilidade, empatia e diálogo. Concordantemente, colocam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 43):

[...] é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.

Desse modo, foi necessária uma adaptação da instituição, dos professores e dos alunos, para que os desafios dessa nova realidade fossem enfrentados. Nesse viés, as políticas educacionais fortalecem a permanência dos estudantes e, refletindo sobre o problema de pesquisa desse estudo de como o PPE pode contribuir para a permanência dos alunos em um cenário de pandemia e pós-pandemia em que os alunos estão tendo um ensino remoto, com a transferência das atividades escolares para o ambiente familiar, evidenciando a desigualdade social, como a diferença de acompanhamento e acesso a recursos tecnológicos e, após, investigar as ações que foram implementadas pelo IFFar e, por fim, verificar os indicadores de evasão e retenção no período da pandemia, foi possível identificar o crescimento desses índices

em alguns campi da instituição, mais acentuadamente no Campus Alegrete. Diante disso, foi proposto o Produto Educacional da autora que consiste em um guia com informações sobre como estudar em casa da melhor forma, desenvolvendo o conhecimento, com o mínimo prejuízo para a educação.

O guia foi desenvolvido a partir da coleta de dicas com o objetivo de auxiliar, nesse período de ensino remoto, os alunos que precisaram estudar em casa, para que aproveitem o aprendizado da melhor forma, mantenham o ritmo de estudos e, sobretudo, a motivação. Assim sendo, Silva (2020, p. 83) diz que: “A motivação depende muito do próprio estudante, mas também é papel da escolar proporcionar condições para tornar a capacidade de estudar mais motivadora”.

O produto foi denominado “Organizando os estudos em tempos de ensino remoto” e tem a intenção de colaborar com os estudantes do Instituto Federal Farroupilha, orientando na busca de meios de organização e planejamento de seus estudos, diante das circunstâncias atuais que demandam uma nova maneira de estudar, em que as aulas ocorrem de forma remota, com diversas dificuldades, principalmente quanto à autonomia e melhor aproveitamento do tempo de estudo. O Guia reúne tópicos para colaborar com o estudante quanto à busca de estratégias de aprendizagem, administrar o tempo de estudo, promoção do bem-estar, manter a motivação e sugestões para facilitar os estudos. A ideia principal do trabalho foi oferecer dicas, em uma linguagem simples, a nível dos adolescentes e que focasse no desenvolvimento da autonomia, buscando a manutenção de uma formação integrada que busque o desenvolvimento em sua totalidade e não de partes isoladas. Baseando-se nas considerações de Araujo e Frigotto (2015, p. 63):

O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente.

O Guia foi encaminhado para estudantes do Curso Técnico em Informática, do Campus Alegrete, juntamente com um formulário na plataforma Google Docs<sup>3</sup>, onde os alunos puderam expressar suas opiniões sobre o guia e sobre o ambiente de estudo remoto.

---

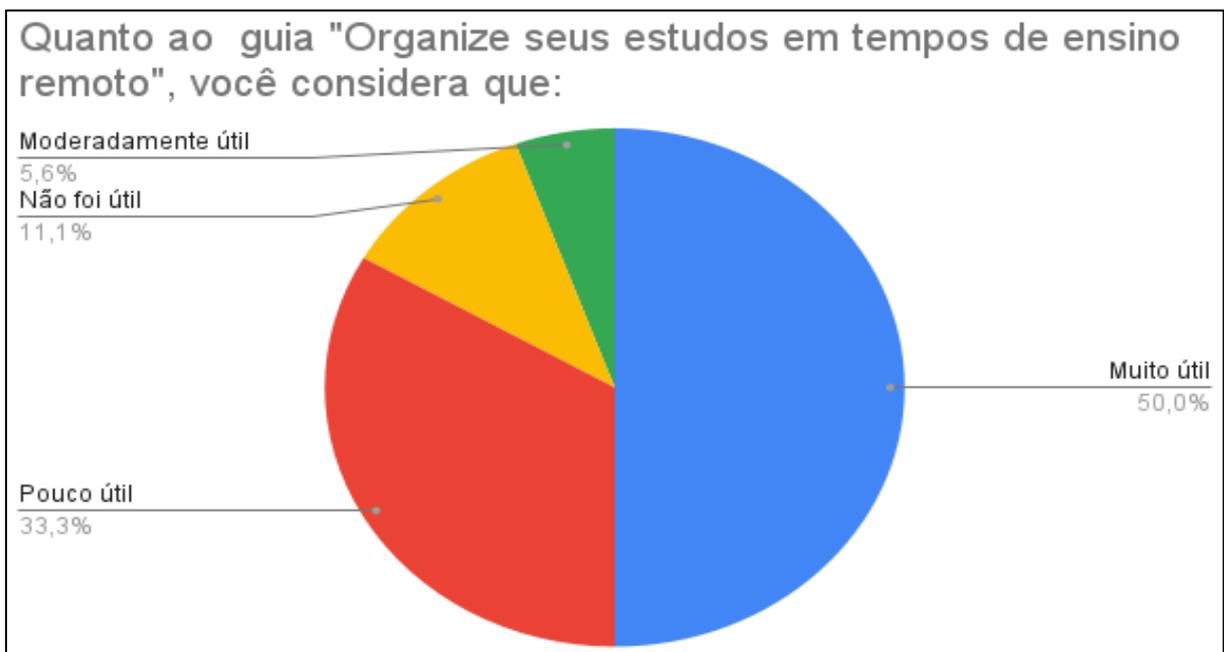
<sup>3</sup> Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScRJ6h8r5qYBmn-6k7sZDgejh-tfPMGTx8EBiqcEt6wrV9zLA/viewform>.

No total, 20 alunos responderam ao formulário. Destes, perguntados sobre o dispositivo usado para os estudos, 42,1% usam computador portátil, 31,6%, computadores de mesa, e 26,3% usam o celular. No momento das respostas, a maioria dos alunos estava satisfeito (47,4%) ou muito satisfeito com o estudo remoto (15,8%). Quanto às dificuldades encontradas durante o ensino on-line, 42,1% responderam que foi difícil ou muito difícil e 57,9% responderam que as dificuldades foram moderadas.

Quanto ao tempo de estudo, 84,3% dos estudantes responderam que estudam diariamente: 31,6% menos de 1 hora, 31,6% mais de 1 hora, 21% 1 hora e os que não costumam estudar, 15,8% do total.

Perguntados se “a escola está auxiliando em seu aprendizado neste momento de estudos remotos”, 84,2% responderam afirmativamente e 15,8% que a escola não tem auxiliado. E, sobre a utilidade do guia de estudos, demonstramos, no Gráfico 3, que a maioria dos alunos - 55% - considerou úteis as dicas de estudos constantes no guia.

Gráfico 3 - Opiniões sobre Guia “Organize seus estudos em tempos de ensino remoto”



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do formulário enviado aos alunos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa de mestrado originou-se de preocupações da autora com a evasão e retenção que se aliaram aos temas Permanência e Êxito, Educação Profissional e Tecnológica e a educação durante a pandemia. Partindo desse olhar, a pesquisa buscou compreender o programa Permanência e Êxito, as ações desenvolvidas durante o período da pandemia e como foi o fluxo escolar dos alunos do IFFar nesse período e em que medida foi possível continuar a programação prevista no PPE com o objetivo de reduzir o abandono escolar e a retenção.

O PPE implantado pelo IFFar procura resolver os problemas relacionados à evasão/reprovação escolar, buscando não apenas reduzir os números, porém com políticas que propiciam a permanência, buscando elevar a qualidade da educação, contribuindo, também, para o alcance de um dos objetivos dos Institutos Federais, que é a oferta de educação profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados. Conforme os educadores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 43) explicam: “[...] o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade”.

As ações desenvolvidas pelo PPE abrangem ações práticas, como monitorias, recuperações paralelas, entre outras, e as ações que objetivam a reflexão sobre aprendizagem, evasão, retenção, desenvolvimento humano, como formação de professores, encontro com famílias. A partir dessas ações, é que se torna possível refletir sobre o programa, a educação ofertada no IFFar e, assim, avaliar o que está sendo realizado e a necessidade de novas ações.

Analisando os índices de evasão e retenção nos anos de 2018, 2019 e 2020, é possível visualizar alguma redução nos percentuais, havendo pequenos aumentos no ano da pandemia (2020), sugerindo que as ações desenvolvidas pelo PPE do IFFar, de certa forma, foram eficientes, embora esses índices continuem significativos e preocupantes. Várias ações foram propostas e implementadas no IFFar, podendo-se afirmar que foram favoráveis à permanência dos estudantes, de onde podemos considerar que toda a ação que se propõe a colaborar com a permanência e êxito e o processo de ensino e aprendizagem devem ser efetivadas.

Durante o ano de 2020, a pandemia impactou, de alguma forma, a todos, professores, alunos e pais. A oferta do ensino remoto foi bastante complexa devido a

fatores como formação de professores para utilização de tecnologias, engajamento das famílias e os desafios da conectividade e evidenciou, também, as desigualdades sociais, pois muitos estudantes não tinham acesso à internet para conectar-se às plataformas virtuais de ensino.

A pandemia e a necessidade do ensino remoto trouxeram uma nova realidade, alunos e professores viveram uma mudança radical no ensino escolar, em um curto período de tempo: a tecnologia se tornou o recurso principal para o processo de construção do conhecimento e revelou pouco conhecimento para o uso, os estudantes precisaram ter rotina de estudos, disciplina e organização, e muitos não tiveram, e também a falta de aparelhos tecnológicos com recursos, que em muitos casos não funcionaram. Fatores como esses contribuíram para o crescimento dos índices de evasão escolar para aqueles alunos que não conseguiram acesso às aulas remotas e também, àqueles que tiveram acesso precário.

As pesquisas sobre os problemas e dificuldades vividos pela educação, durante essa pandemia, devem ser aprofundadas, dado que os impactos na educação brasileira, em especial a EPT e os IFs, serão abrangentes e de longo prazo e necessitam de avaliação, dada a importância destes para a sociedade local e regional. Como afirma Pacheco (2011, p. 21), os institutos federais “revelam-se espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros”.

Cabe destacar a importância das ações da política de permanência e êxito, concedendo recursos financeiros aos alunos que precisam, mas também nas ações de inclusão, acolhimento, acompanhamentos psicológicos e suporte pedagógico para que os estudantes vindos da classe trabalhadora não só tenham acesso, mas permaneçam na escola e possam concluir sua formação.

O desenvolvimento dessa pesquisa e do produto educacional tiveram o intuito de colaborar com o trabalho desenvolvido pelos setores do Instituto Federal Farroupilha frente ao processo de ensino e aprendizagem, apresentando um guia que objetiva estimular nos estudantes suas potencialidades e a vontade de aprender, em um momento tão conturbado, contribuindo com a permanência e o êxito dos estudantes do IFFar.

## REFERÊNCIAS

- ANGELUCCI, C. B. *et al.* O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 51-72, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100004>. Acesso em: 09 set. 2021.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- ARAÚJO, C. F.; SANTOS, R. A. A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS ON UNIVERSITY - INDUSTRY COOPERATION, 4., 2012, Taubaté. **Anais [...]**. Taubaté: Universidade de Taubaté, 2012.
- BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 355-74, jul. 2011. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S1414-40772011000200007>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- BONOMO, R. **Metodologia da pesquisa científica**. Florianópolis: IFSC/SBI, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3904967-Metodologia-da-pesquisa-cientifica-prof-robson-bonomo-baseado-em-ifsc-sbisbi.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- BORDIEU, P. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 128, p. 13563, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC; SETEC, 2014a. *E-book*. Disponível em: [https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes\\_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf](https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf). Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras**. Brasília: PAIUB, 1994.

BRASIL. Portaria SETEC nº 08, de 28 de maio de 2019. Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes de Rede Federal (CPPE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 105, p. 37, 03 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal Farroupilha. **Portaria nº 313, de 16 de março de 2020**. Suspende as atividades presenciais no IFFar. Brasília: MEC; IFFar, 2020. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ensino-remoto/normativas-e-orienta%C3%A7%C3%B5es#normativas-institucionais>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. **Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014**. Aprova o projeto Programa Permanência e Êxito dos Estudantes do IFFar. Santa Maria: MEC; IFFar, 2014b. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/17889-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-178-2014-aprova-o-projeto-do-programa-perman%C3%Aancia-e-%C3%Aaxito-dos-estudantes-do-iffar>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 506/2013**. Auditoria Operacional. Fiscalização de Orientação Centralizada. Rede Federal de Educação Profissional. [...]. Relator: Min. José Jorge, 13 de março de 2013.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CORSETTI, B. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 32-46, jan. 2006. Disponível em:

[http://www.gephishnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a\\_anlise\\_documental\\_no\\_contexto\\_da\\_pesquis\\_qualitativa.pdf](http://www.gephishnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a_anlise_documental_no_contexto_da_pesquis_qualitativa.pdf). Acesso em: 11 mar. 2021.

CRAHAY, M. Qual pedagogia para os alunos em dificuldade escolar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 181-208, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100009>. Acesso em: 22 abr. 2020.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 26 out. 2020.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. *In*: DORE, R.; ARAÚJO, A. C.; MENDES, J. S. (Orgs.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. p. 379-413. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/eventos-proen/ii-forum-de-assistencia-estudantil/1300-livro-dore-et-al/file>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FERRARO, A. R. Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 12, p. 22-47, set./dez. 1999. Disponível em: [http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12\\_04\\_ALCEU\\_RAVANELLO\\_FERRARO.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_04_ALCEU_RAVANELLO_FERRARO.pdf). Acesso em: 07 jun. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300016>. Acesso em: 09 out. 2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRITSCH, R.; VITELLI, R. F.; ROCHA, C. S. Para que jovens? Que políticas? – perfil de alunos ingressantes no Ensino Médio e políticas educacionais. *In*: DORE, R.; ARAÚJO, A. C.; MENDES, J. S. (Orgs.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. p. 131-162. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/eventos-proen/ii-forum-de-assistencia-estudantil/1300-livro-dore-et-al/file>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, S. **Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo**. 2012. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: [http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/739/1/2012Cristiane\\_Cabral\\_Johann.pdf](http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/739/1/2012Cristiane_Cabral_Johann.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPV, 1986.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010.

MOREIRA, P. R. **Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**. 2012. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-99MFAU/1/priscila\\_rezende.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-99MFAU/1/priscila_rezende.pdf). Acesso em: 22 mar. 2021.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, E. **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de nível Médio: proposta de diretrizes curriculares**. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2012.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. 4. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **COVID-19 e desenvolvimento sustentável: avaliando a crise de olho na recuperação**. 1. ed. Brasília: PNUD; UNICEF; UNESCO; OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16086/file>. Acesso em: 29 set. 2021.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%c3%b3ria-e-pol%c3%adtica-da-educa%c3%a7%c3%a3o-profissional.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

RUMBERGER, R. W. Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. **American Educational Research Journal**, v. 32, n. 3, p. 583-625, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1163325>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SAVIANI, D. **A concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. Determinantes da evasão e repetência escolar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 43., 2016, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPEC, 2016. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files\\_l/i12-85f3c3774c3d65741cb278e01e61db39.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/i12-85f3c3774c3d65741cb278e01e61db39.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, T. R. **Perspectivas e desafios das aprendizagens dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária**: mediações pedagógicas no contexto da EPT. 2020. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Farroupilha, Jaguari, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1ntbWWG\\_W9IAmdWdBpm5ujSL\\_V1ETAoZA/view](https://drive.google.com/file/d/1ntbWWG_W9IAmdWdBpm5ujSL_V1ETAoZA/view). Acesso em: 06 fev. 2021.

SILVEIRA, R. B. **O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha**: trabalho pedagógico e fracasso escolar. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13636>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SIMÕES, C. A. **Juventude e educação técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores** da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, UFF, 2007.

SOARES, S. S. D. **A repetência no contexto internacional**: o que dizem os dados de avaliações das quais o Brasil não participa?. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. *E-book*. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1300.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1300.pdf). Acesso em: 07 out. 2021.

SOUZA, A. P. *et al.* Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do ensino médio no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 5-39, abr. 2012. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4916/1/PPE\\_v42\\_n02\\_Fatores.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4916/1/PPE_v42_n02_Fatores.pdf). Acesso em: 07 out. 2021.

TAVARES JÚNIOR, F.; SANTOS, J. R.; MACIEL, M. S. Análise da evasão no sistema educacional brasileiro. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 73-92, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31940>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UNA-SUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. Brasília, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

## ANEXO A - RESOLUÇÃO CONSUP Nº 178/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA

### RESOLUÇÃO CONSUP Nº 178 /2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova o Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 006/2014, da 4ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 28 de novembro de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 28 de novembro de 2014.

  
César Comertato Jardim  
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

#### CONSELHEIROS

  
Ana Rita Kraemer da Fontoura

  
Bruno Godoi Zuceni

Cesar Augusto Bittencourt de Medeiros

Darci Roberto Schneid

  
Deidimar Borim

Gabriel Adolfo Garcia



## ANEXO B - FORMULÁRIO ONLINE CRIADO NO GOOGLE FORMS COM QUESTÕES SOBRE O GUIA ENCAMINHADO AOS ALUNOS

### Organizando meus estudos em tempos de ensino remoto

Olá! Após a leitura do Guia "Organize seus estudos em tempos de ensino remoto", solicito que você responda algumas questões.  
Agradeço sua colaboração!!!!

 [mariacristina.carpesmarchesan@gmail.com](mailto:mariacristina.carpesmarchesan@gmail.com)  
(não compartilhado) [Alternar conta](#)

 Rascunho restaurado.

Qual o dispositivo você usa para assistir as aulas remotas?

- Computador de mesa
- Tablet
- Celular
- Computador portátil

Como você se sente tendo aulas de forma remota?

- Nada satisfeito
- Pouco satisfeito
- Moderadamente satisfeito
- Muito satisfeito

Em termos de dificuldade, como você classifica o ensino remoto?

- Fácil
- Moderado
- Difícil
- Muito difícil

Você acredita que tem motivação para estudar?

- Não tenho
- Moderado
- Pouca
- Muita

Quanto tempo costuma estudar diariamente?

- Não costuma estudar
- Menos de 1 hora
- 1 hora
- Mais de 1 hora

Você considera que a escola está auxiliando em seu aprendizado neste momento de estudos remotos?

- Não tem auxiliado
- Moderadamente
- Sim, tem auxiliado
- Sim, tem auxiliado muito

Quanto ao guia "Organize seus estudos em tempos de ensino remoto", você considera que:

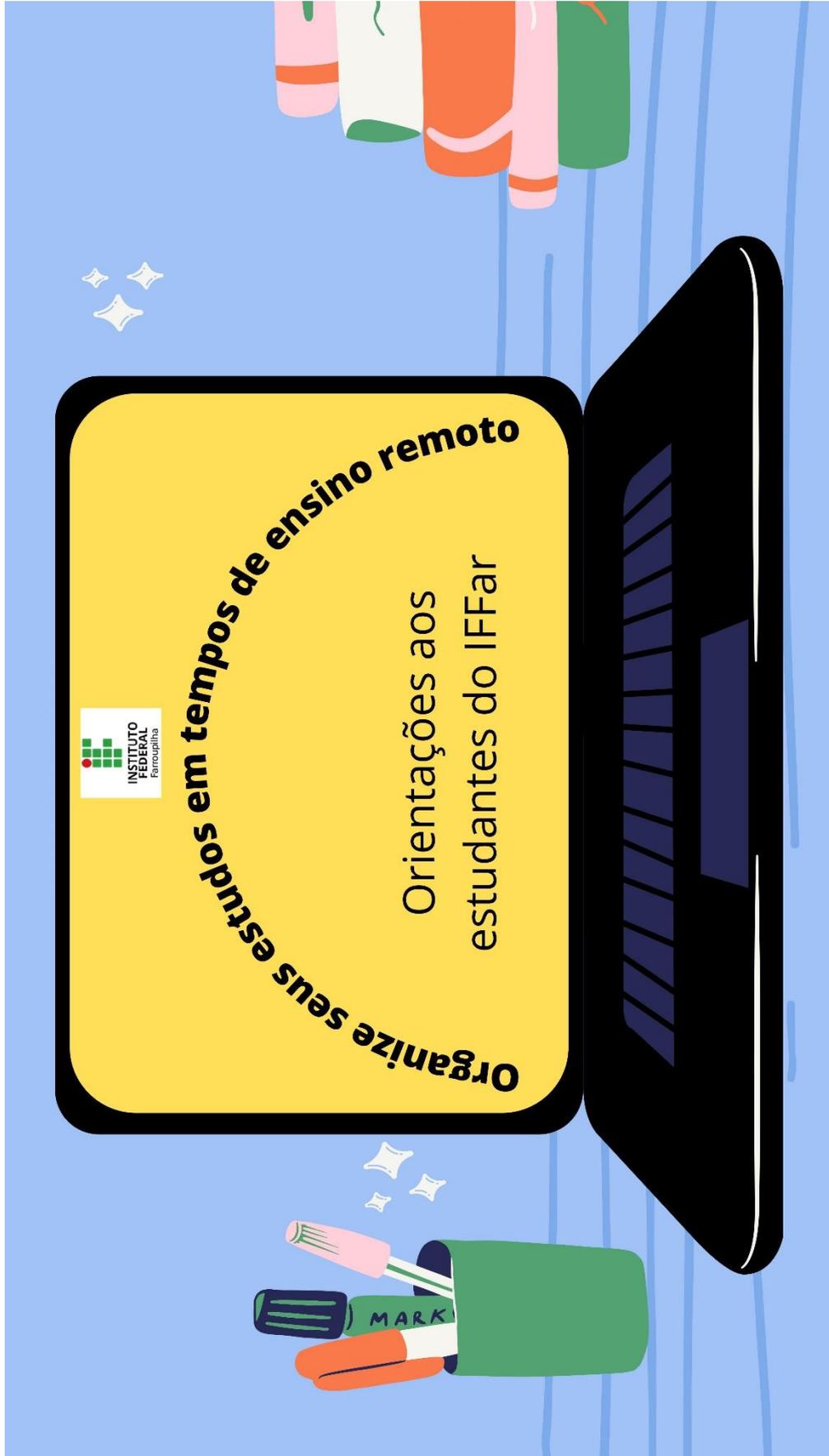
- Não foi útil
- Moderadamente útil
- Pouco útil
- Muito útil

Limpar seleção

Enviar

Limpar formulário

## APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL



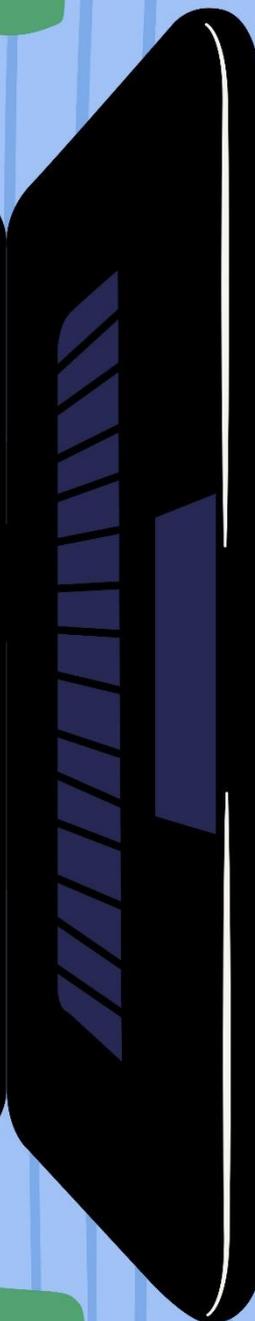
## Introdução

A pandemia de COVID-19 mudou bastante a vida de todas as pessoas. Frente a essas mudanças, cada indivíduo está tentando entender e se adaptar a essa nova realidade.

Estudar em casa está sendo um desafio para crianças, adolescentes, jovens e pais que enfrentam dificuldades para organizar suas rotinas.

Entre esses desafios, está o de fortalecer os vínculos da Escola com os estudantes, reduzindo os riscos de evasão e abandono, como também minimizar as dificuldades de aprendizagem.

Assim, este guia intitulado "Organize seus estudos em tempos de ensino remoto" foi organizado com dicas e sugestões e tem o objetivo de auxiliar os alunos nesse período e melhorar o processo do aprendizado.



## O QUE É O ENSINO REMOTO?

É todo o conteúdo que é ofertado online, acompanhado em tempo real pelo professor responsável. Geralmente é uma medida emergencial, quando não há a possibilidade de atividades presenciais. Através de uma plataforma digital, professores e alunos interagem através de áudios, vídeos, chats e compartilhamento de telas.

Esse formato de ensino foi aprovado no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), em caráter excepcional durante o estado de calamidade pública devido à pandemia de Covid-19.

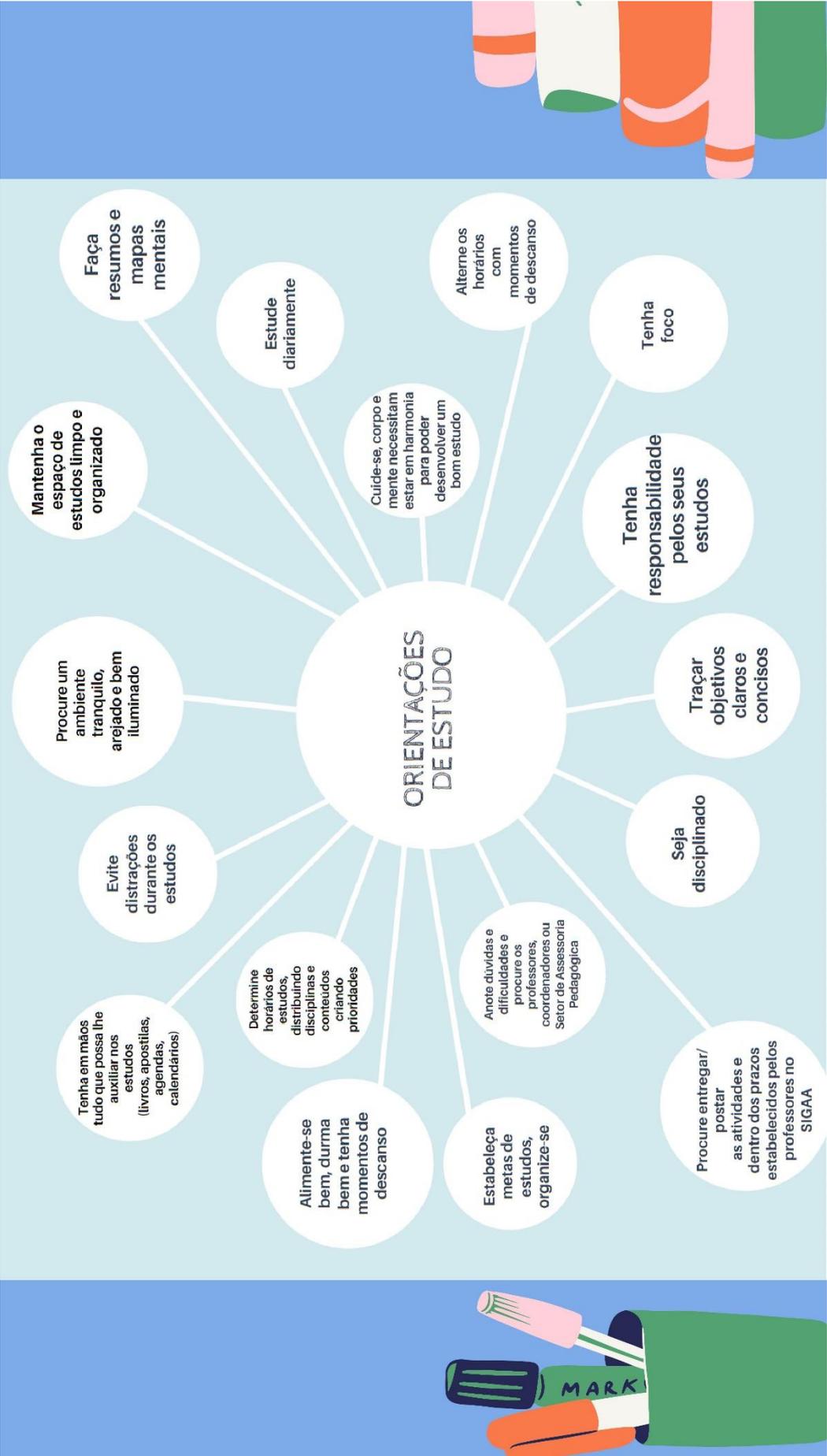


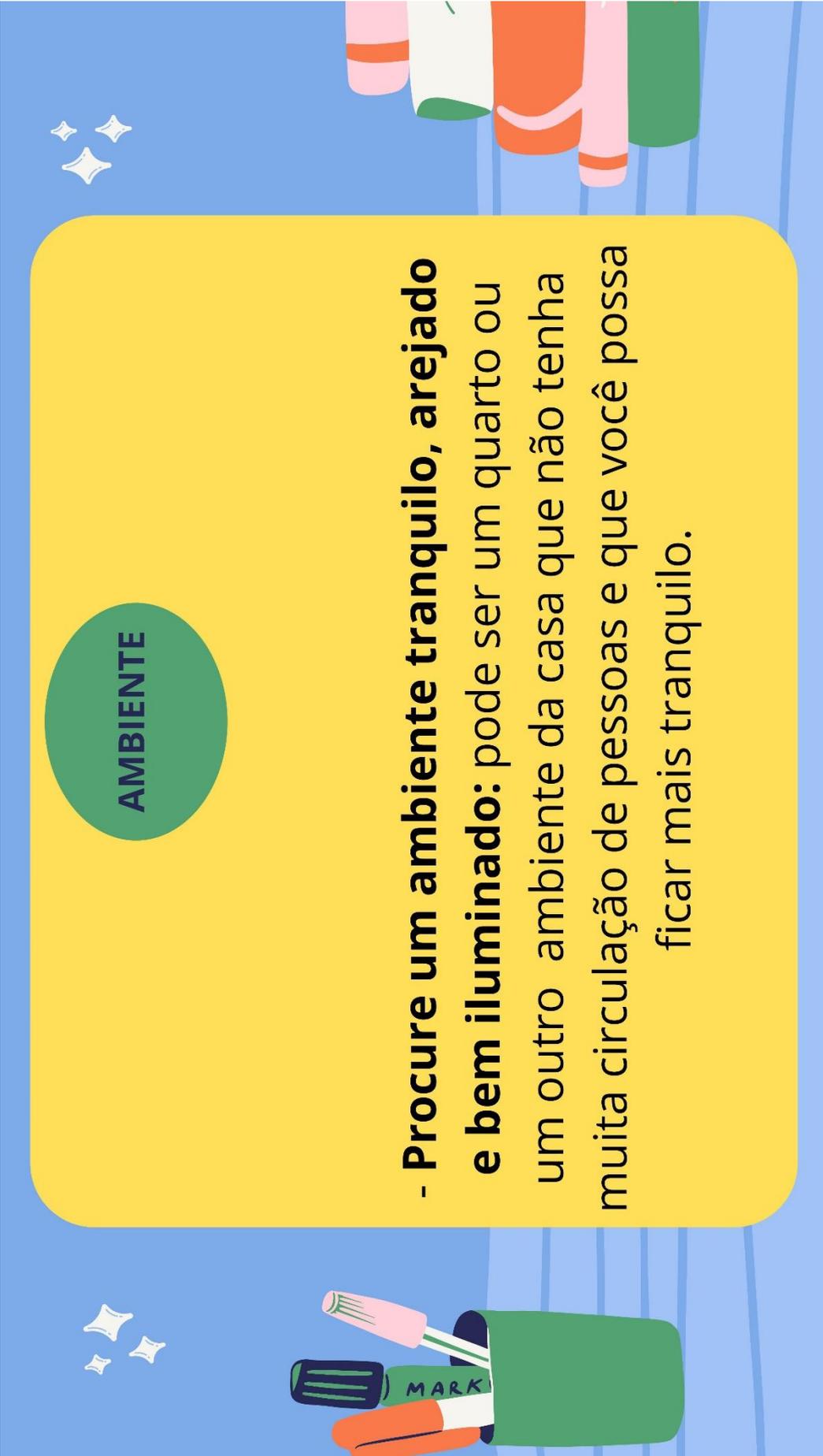
# Quer saber mais? Conjunto Geral de Instruções Normativas para o Ensino

remoto:

[https://www.iffarroupilha.edu.br/ensino-remoto/sobre-o-ensino-remoto?](https://www.iffarroupilha.edu.br/ensino-remoto/sobre-o-ensino-remoto?layout=item)  
layout=item

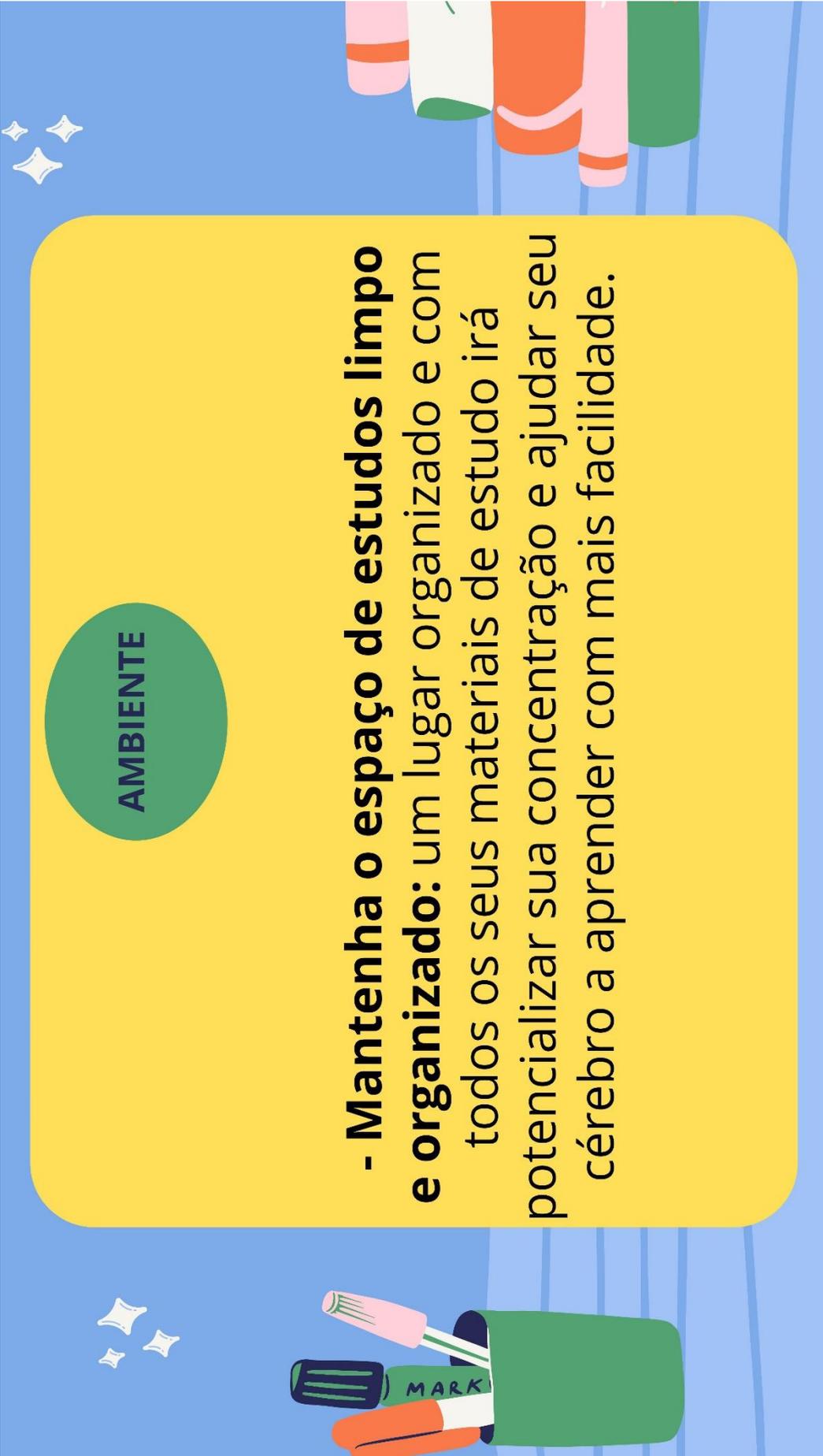






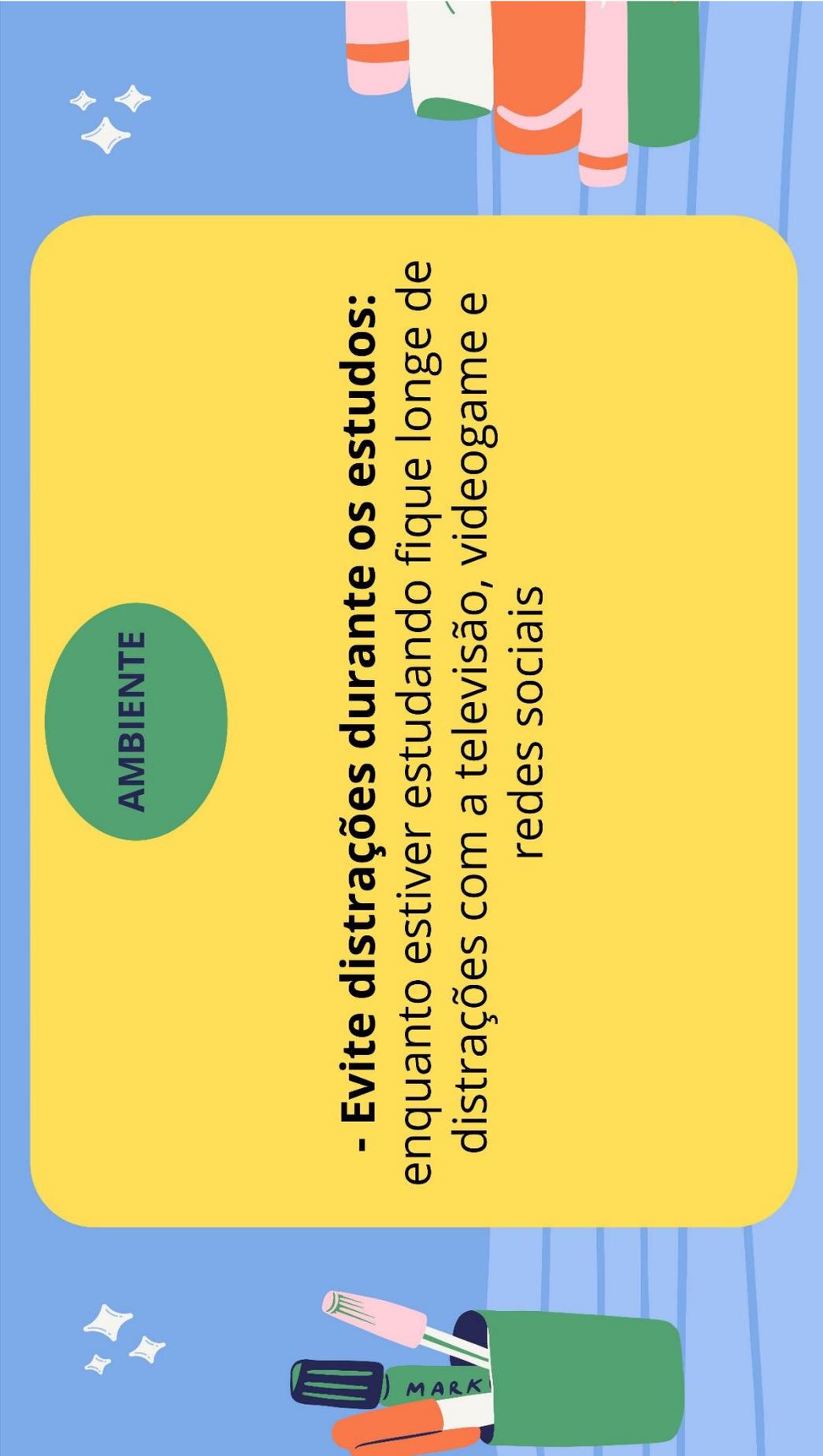
## AMBIENTE

- **Procure um ambiente tranquilo, arejado e bem iluminado:** pode ser um quarto ou um outro ambiente da casa que não tenha muita circulação de pessoas e que você possa ficar mais tranquilo.



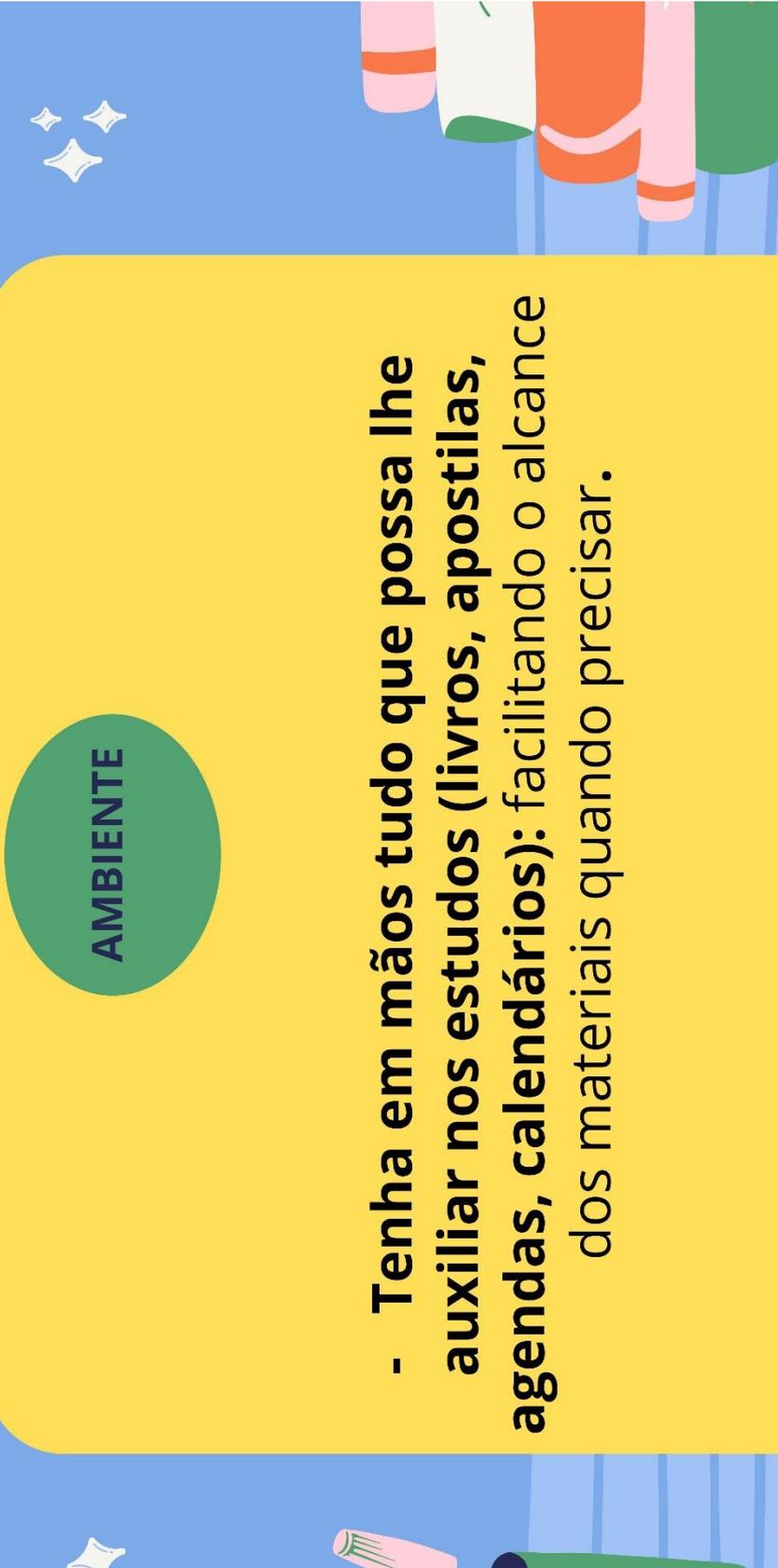
## AMBIENTE

- **Mantenha o espaço de estudos limpo e organizado:** um lugar organizado e com todos os seus materiais de estudo irá potencializar sua concentração e ajudar seu cérebro a aprender com mais facilidade.



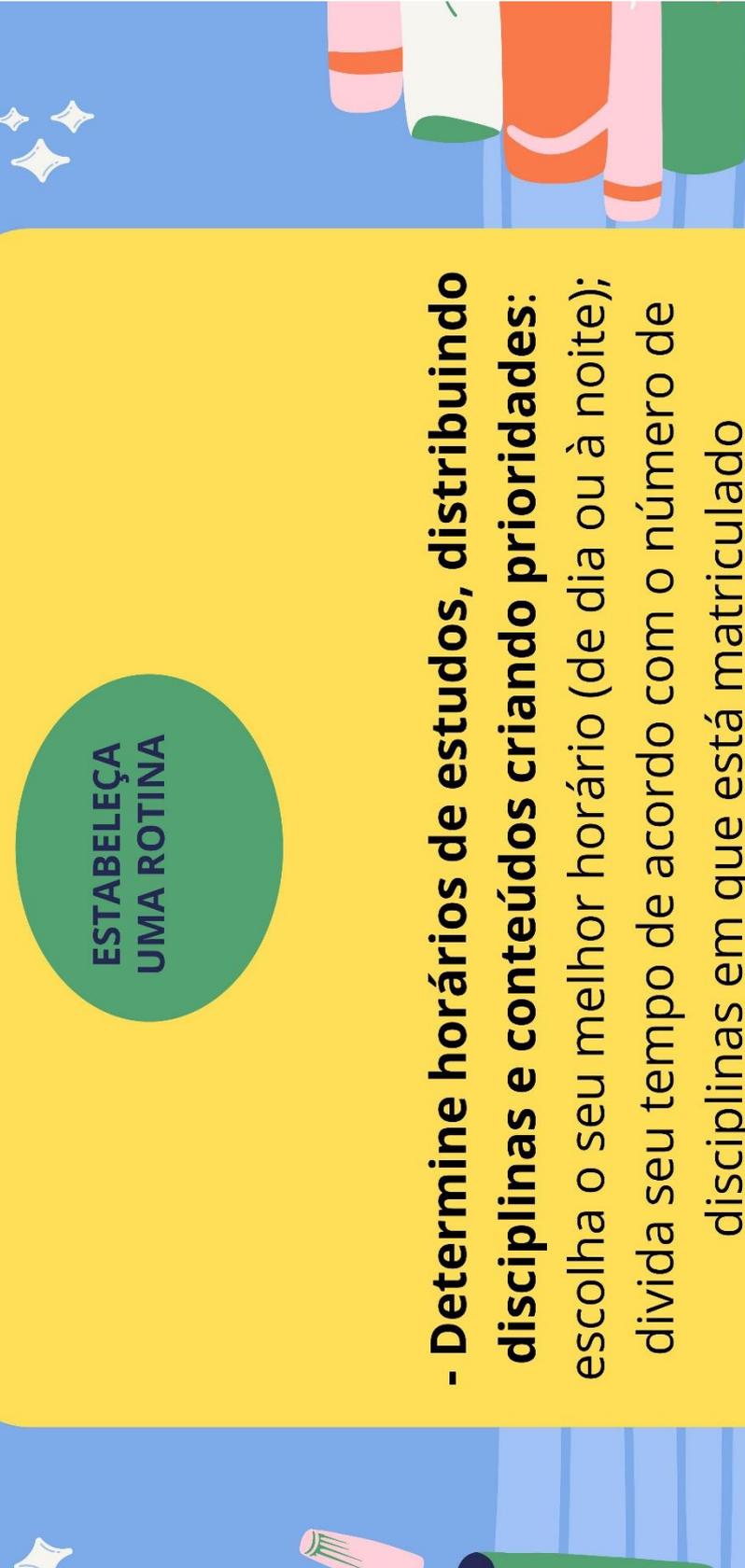
**AMBIENTE**

**- Evite distrações durante os estudos:**  
enquanto estiver estudando fique longe de  
distrações com a televisão, videogame e  
redes sociais



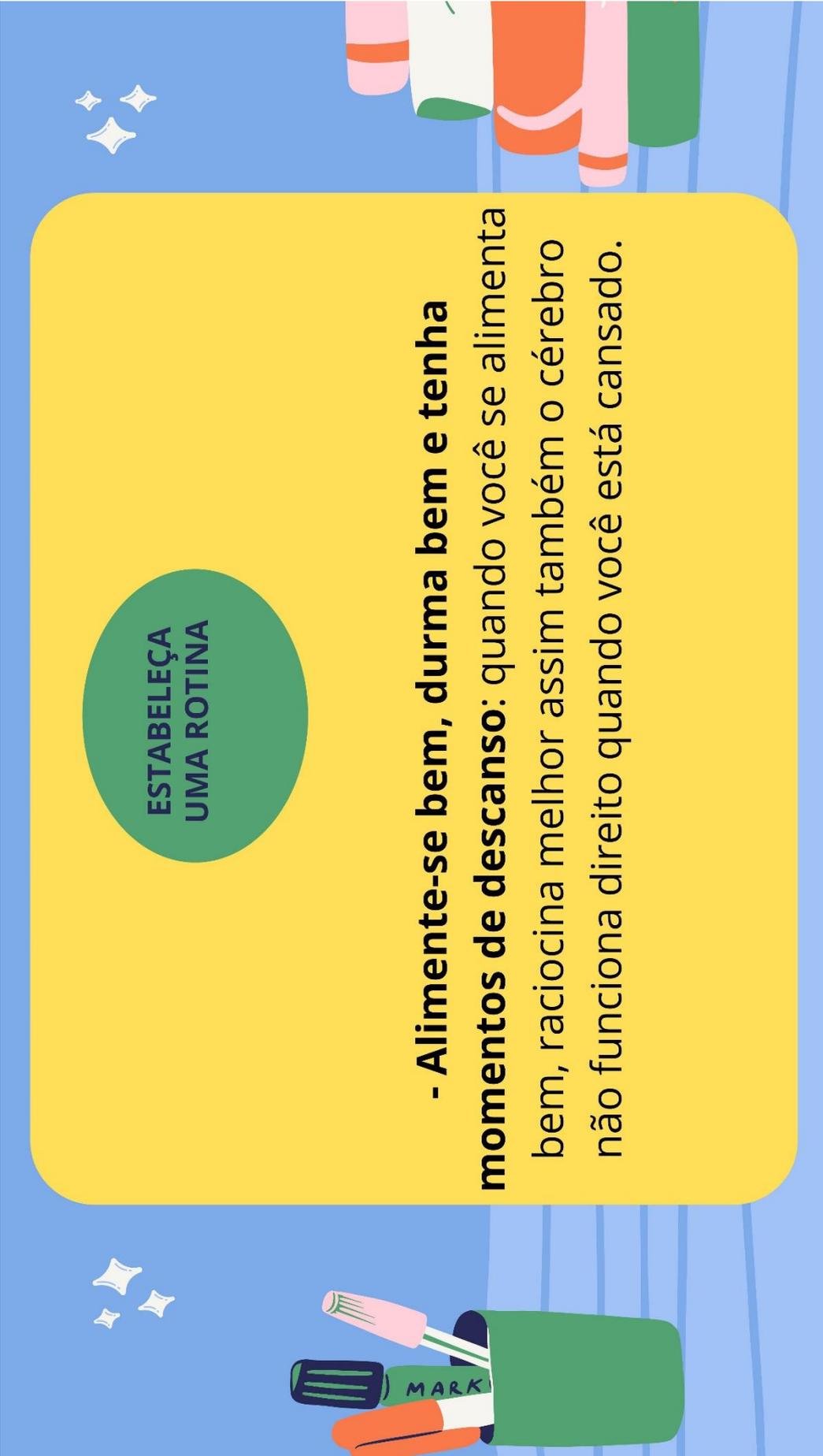
AMBIENTE

- **Tenha em mãos tudo que possa lhe auxiliar nos estudos (livros, apostilas, agendas, calendários):** facilitando o alcance dos materiais quando precisar.



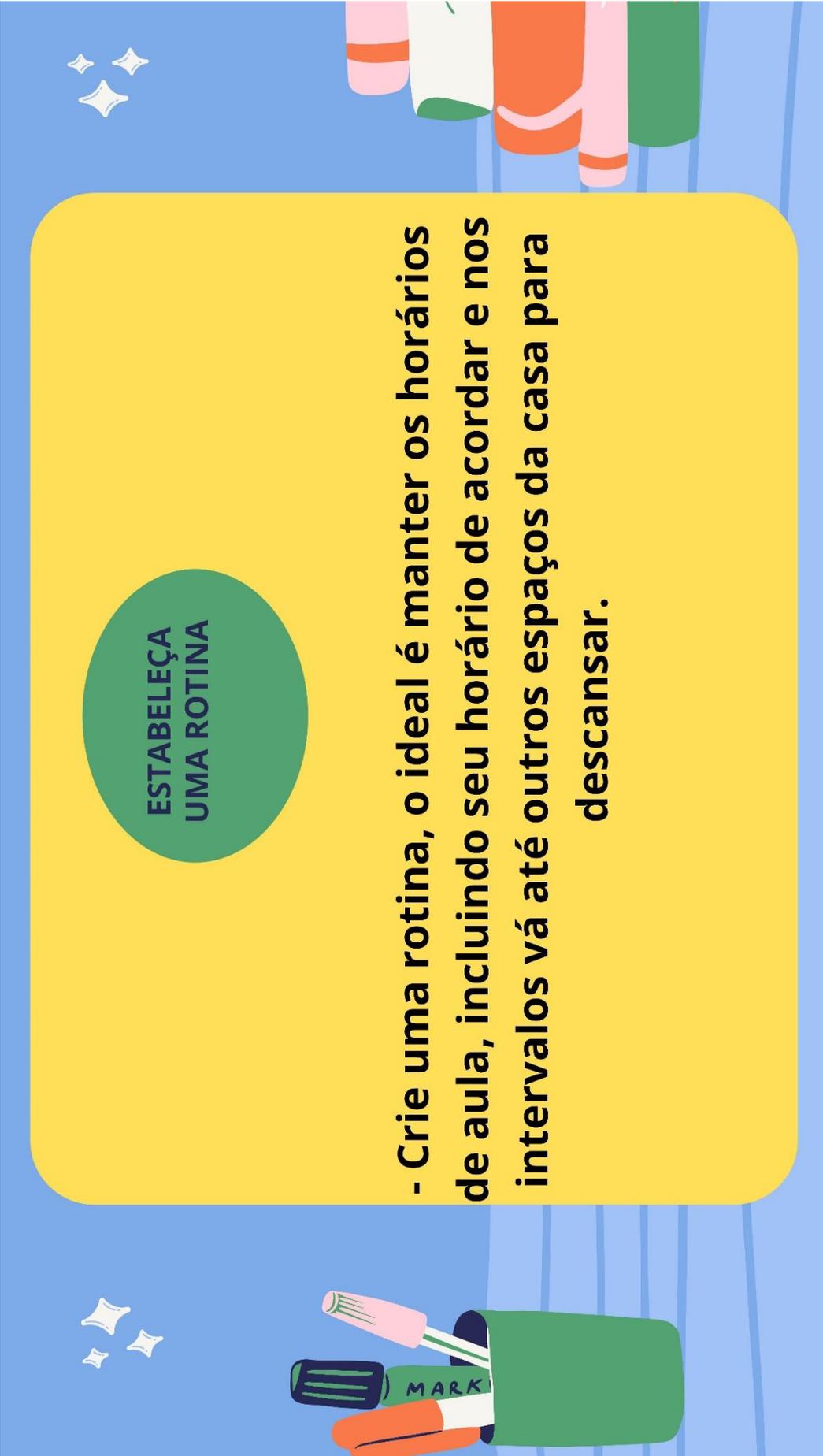
**ESTABELEÇA  
UMA ROTINA**

- **Determine horários de estudos, distribuindo disciplinas e conteúdos criando prioridades:** escolha o seu melhor horário (de dia ou à noite); divida seu tempo de acordo com o número de disciplinas em que está matriculado



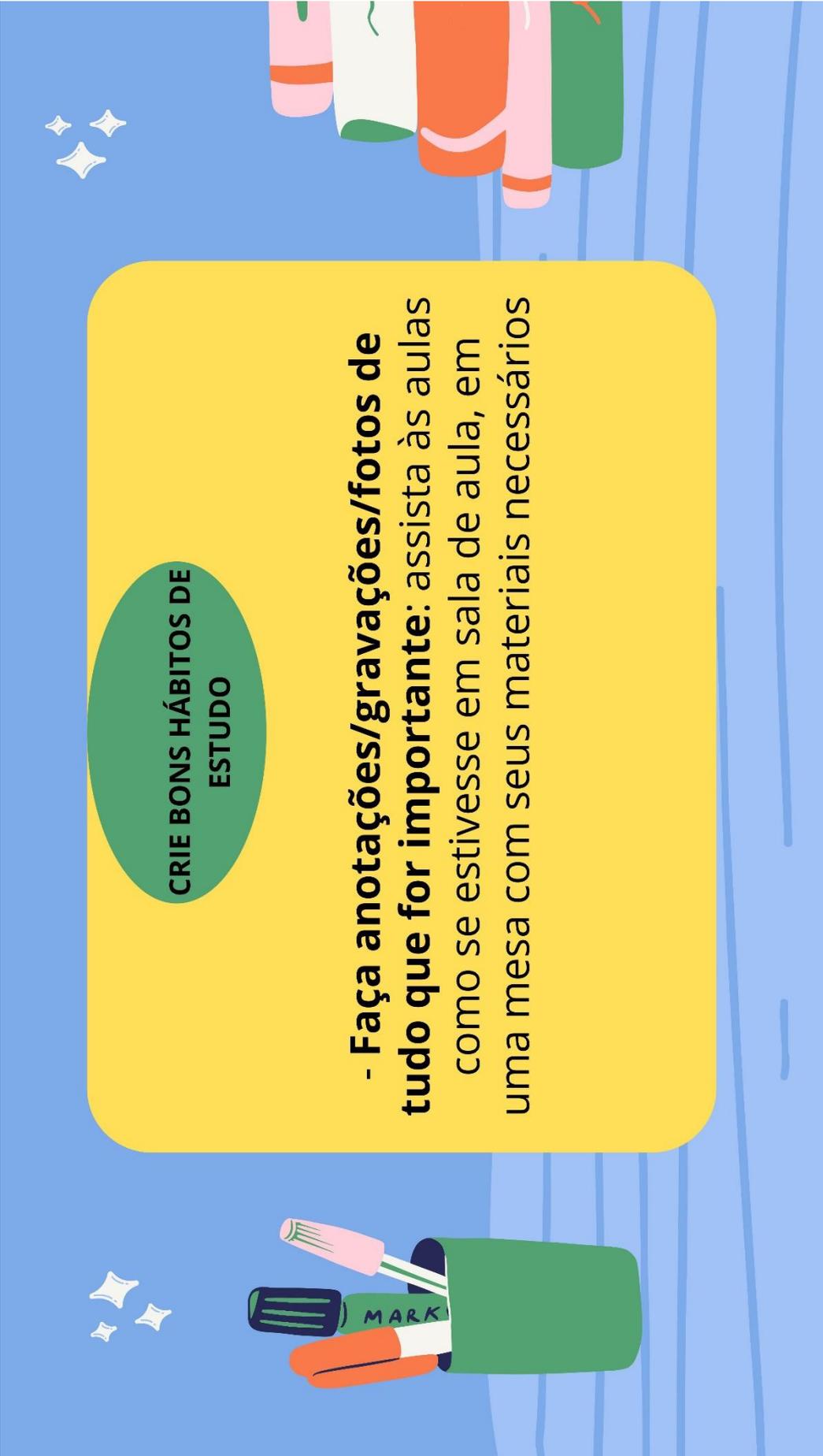
**ESTABELEÇA  
UMA ROTINA**

- **Alimente-se bem, durma bem e tenha momentos de descanso:** quando você se alimenta bem, raciocina melhor assim também o cérebro não funciona direito quando você está cansado.



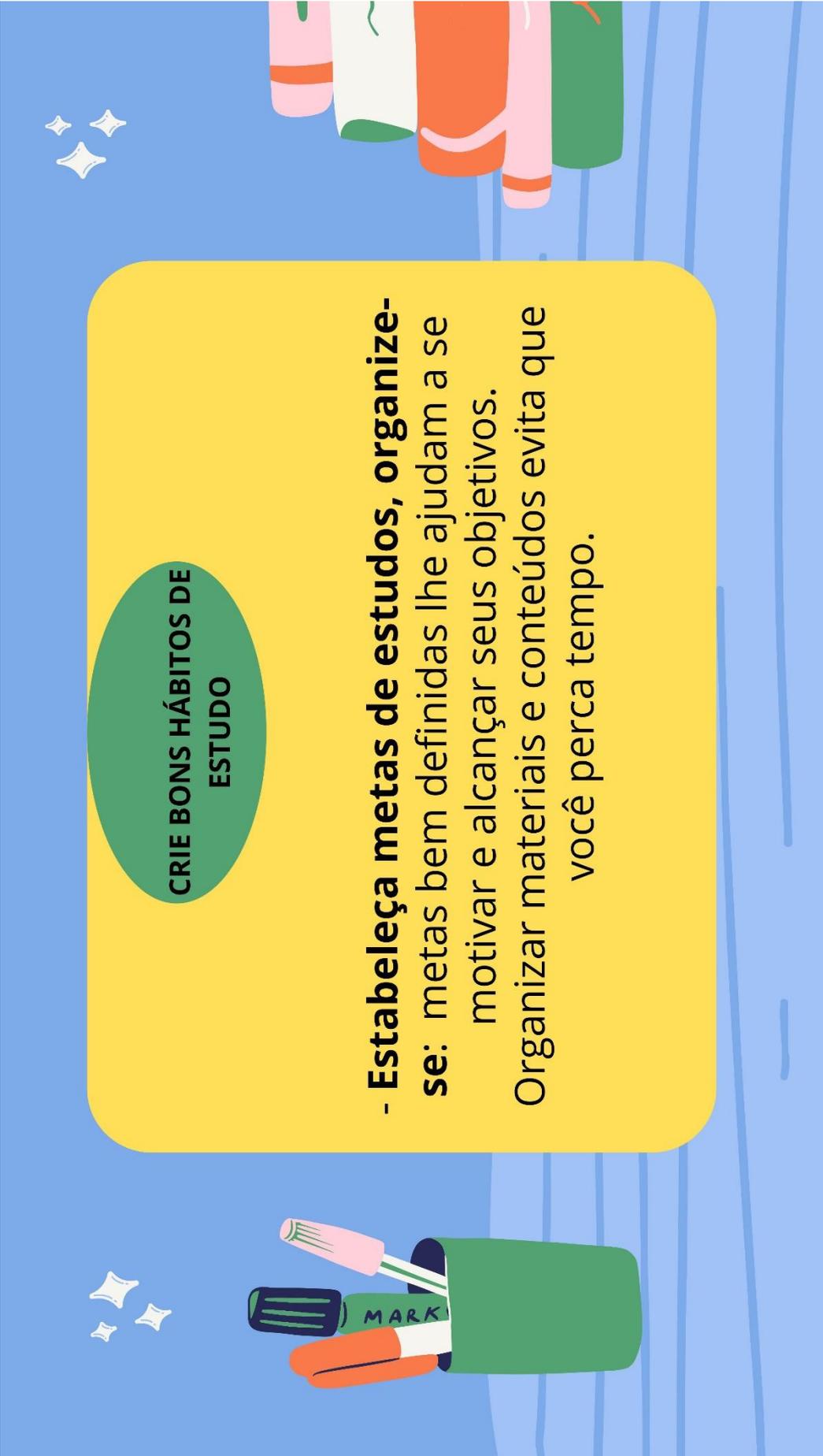
**ESTABELEÇA  
UMA ROTINA**

**- Crie uma rotina, o ideal é manter os horários de aula, incluindo seu horário de acordar e nos intervalos vá até outros espaços da casa para descansar.**



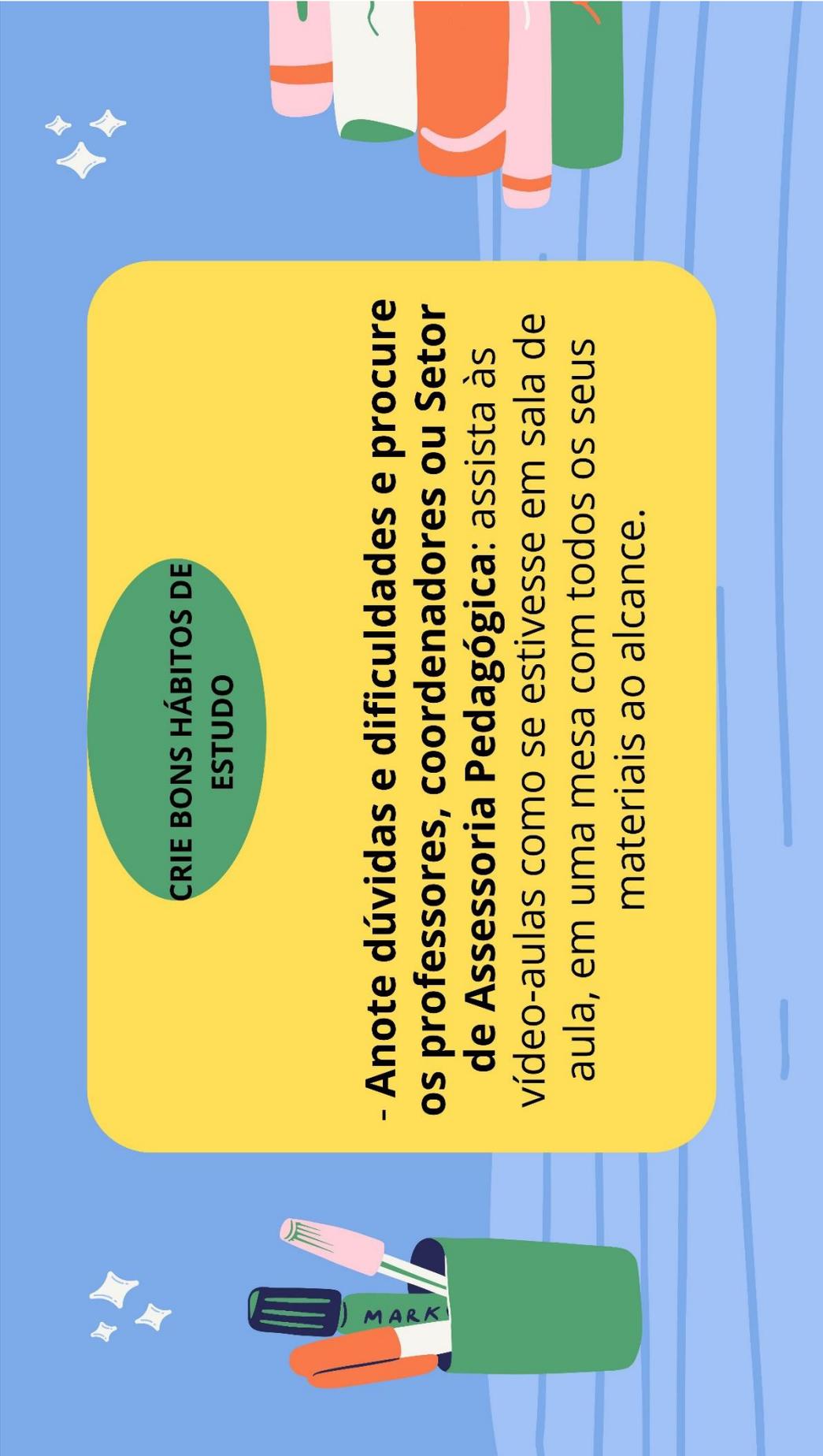
**CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO**

- **Faça anotações/gravações/fotos de tudo que for importante:** assista às aulas como se estivesse em sala de aula, em uma mesa com seus materiais necessários



## CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO

- **Estabeleça metas de estudos, organize-se:** metas bem definidas lhe ajudam a se motivar e alcançar seus objetivos. Organizar materiais e conteúdos evita que você perca tempo.



**CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO**

**- Anote dúvidas e dificuldades e procure os professores, coordenadores ou Setor de Assessoria Pedagógica: assista às vídeo-aulas como se estivesse em sala de aula, em uma mesa com todos os seus materiais ao alcance.**



**CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO**

- **Procure entregar/ postar as atividades e dentro dos prazos estabelecidos pelos professores no SIGAA:** você deve ter responsabilidade e respeitar os prazos de entrega de trabalhos solicitados pelos professores. As atividades realizadas à distância precisam ser enviados ao professor. Se encontrar dificuldades para o envio, entre em contato com o professor responsável.



## CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO

- **Faça resumos e mapas mentais:** eles facilitam a revisão do conteúdo, pois destacam palavras-chaves e indicam a relação entre elas, para que você possa recordar, com facilidade, o que aprendeu.





**CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO**

- **Traçar objetivos claros e concisos:** objetivos grandes podem parecer impossíveis e de conquistar e assim resultar em falta de motivação. Então divida em objetivos menores e mais simples de serem executados, quando perceber já estará bem perto de alcançar.



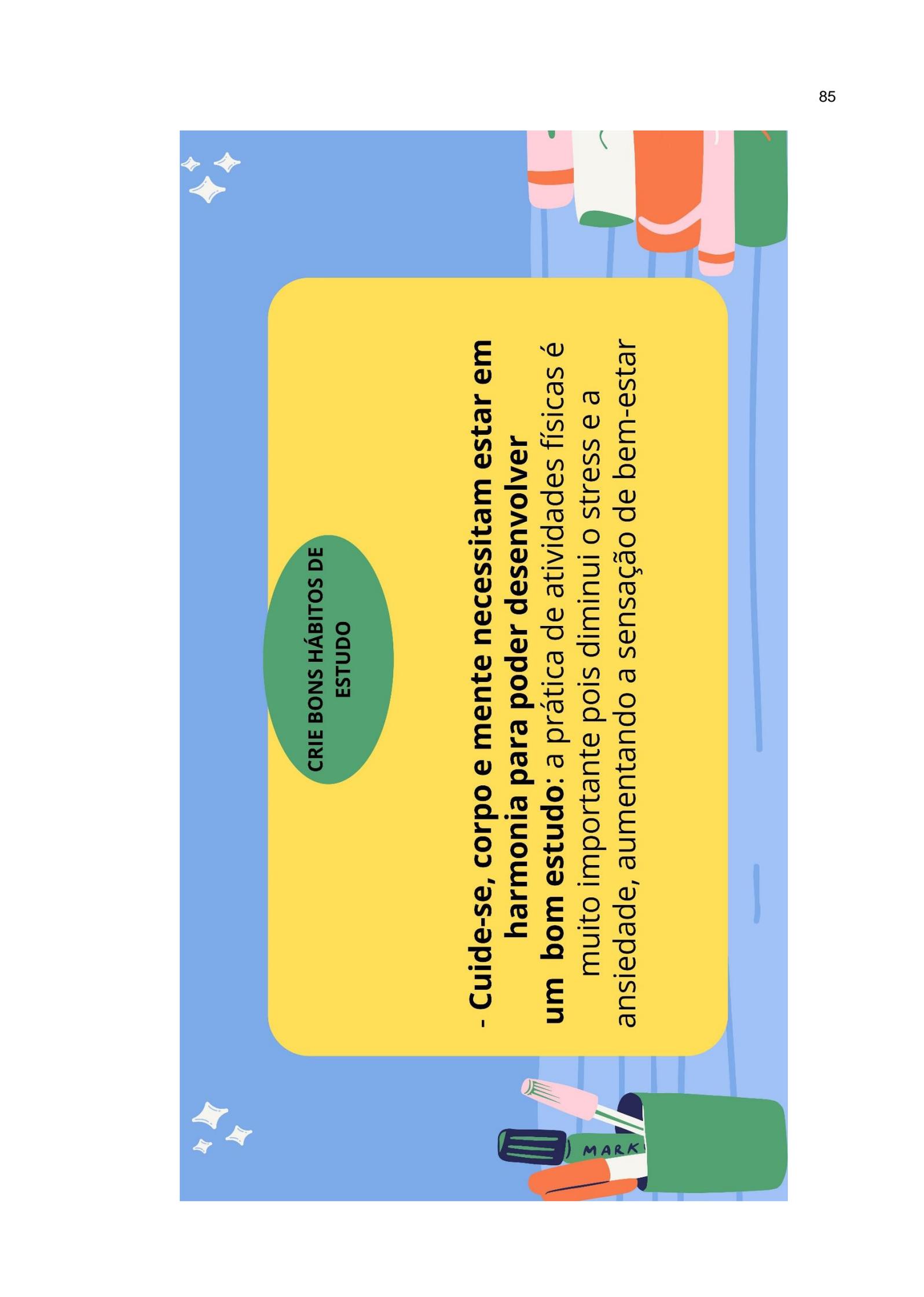
CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO

- **Estude diariamente:** estudar todos os dias é muito importante pois transforma esse comportamento em um hábito. Tente estudar diariamente, nem que seja um pouquinho; em pouco tempo você chegará muito longe.
- 
- 
- 
- 

**CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO**

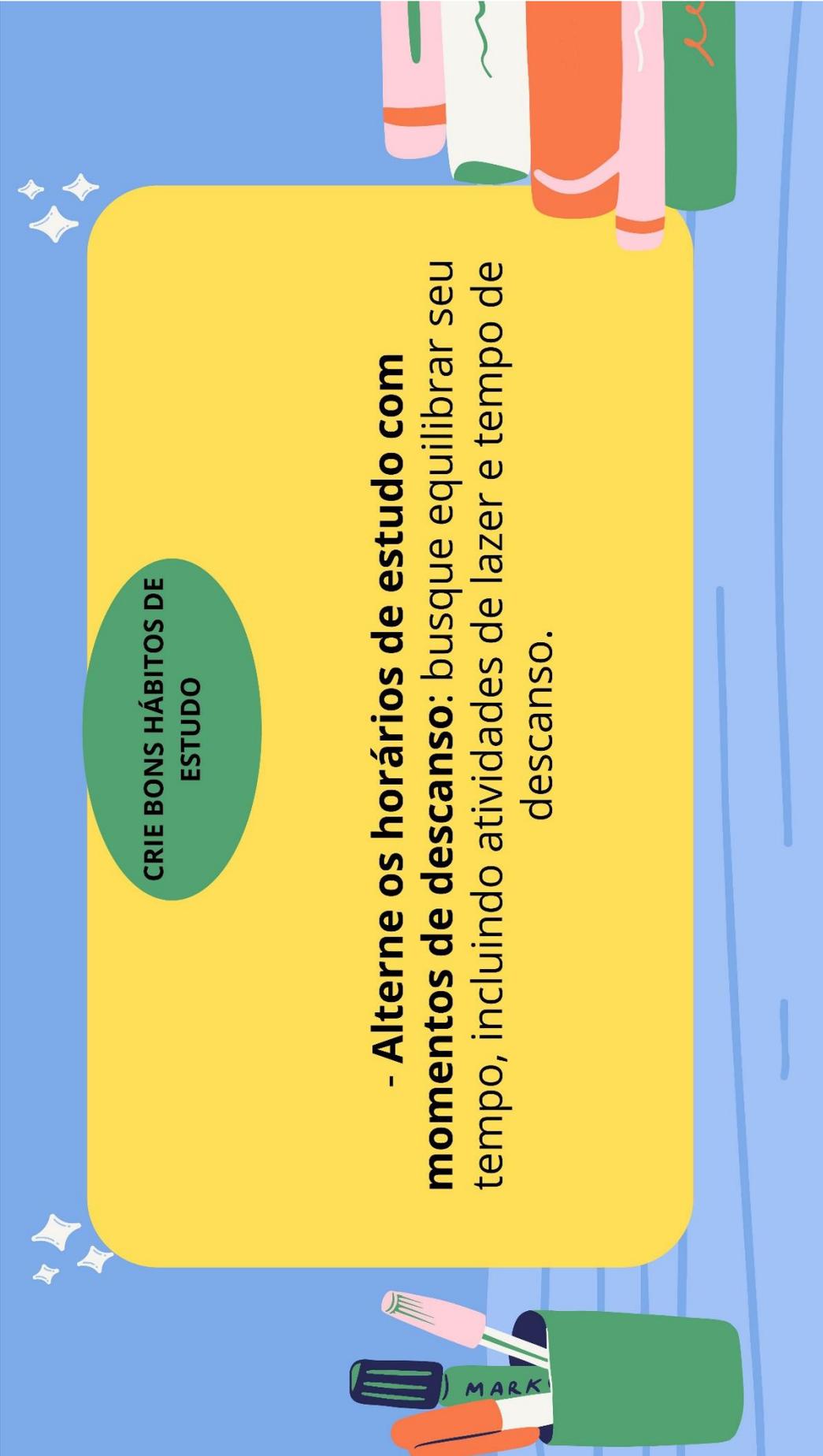
- **Seja disciplinado:** para se ter resultados é necessário esforço e trabalho, então para atingirmos nossos objetivos precisamos aprender a ter disciplina.





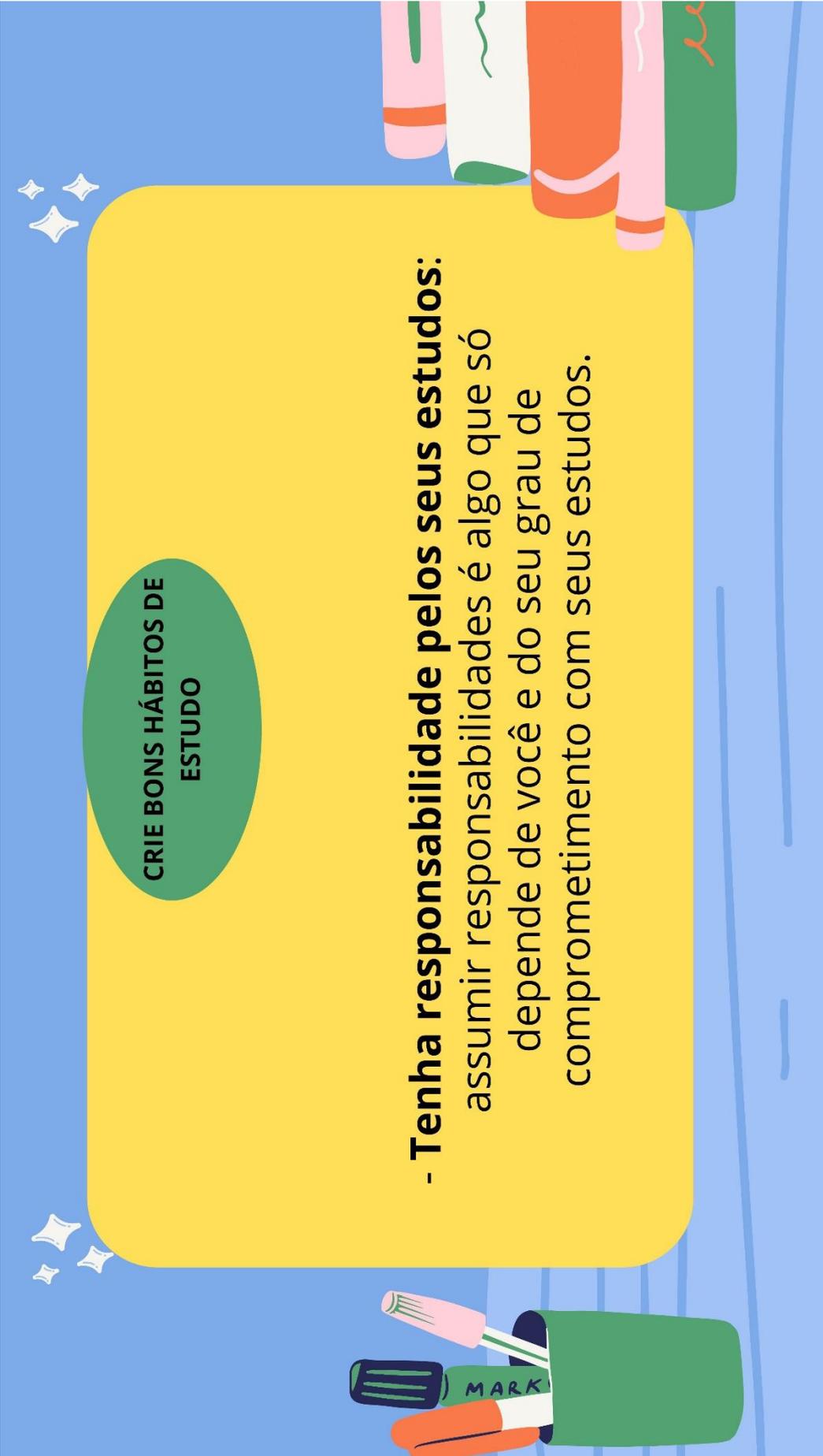
**CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO**

- **Cuide-se, corpo e mente necessitam estar em harmonia para poder desenvolver um bom estudo:** a prática de atividades físicas é muito importante pois diminui o stress e a ansiedade, aumentando a sensação de bem-estar



CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO

- **Alterne os horários de estudo com momentos de descanso:** busque equilibrar seu tempo, incluindo atividades de lazer e tempo de descanso.



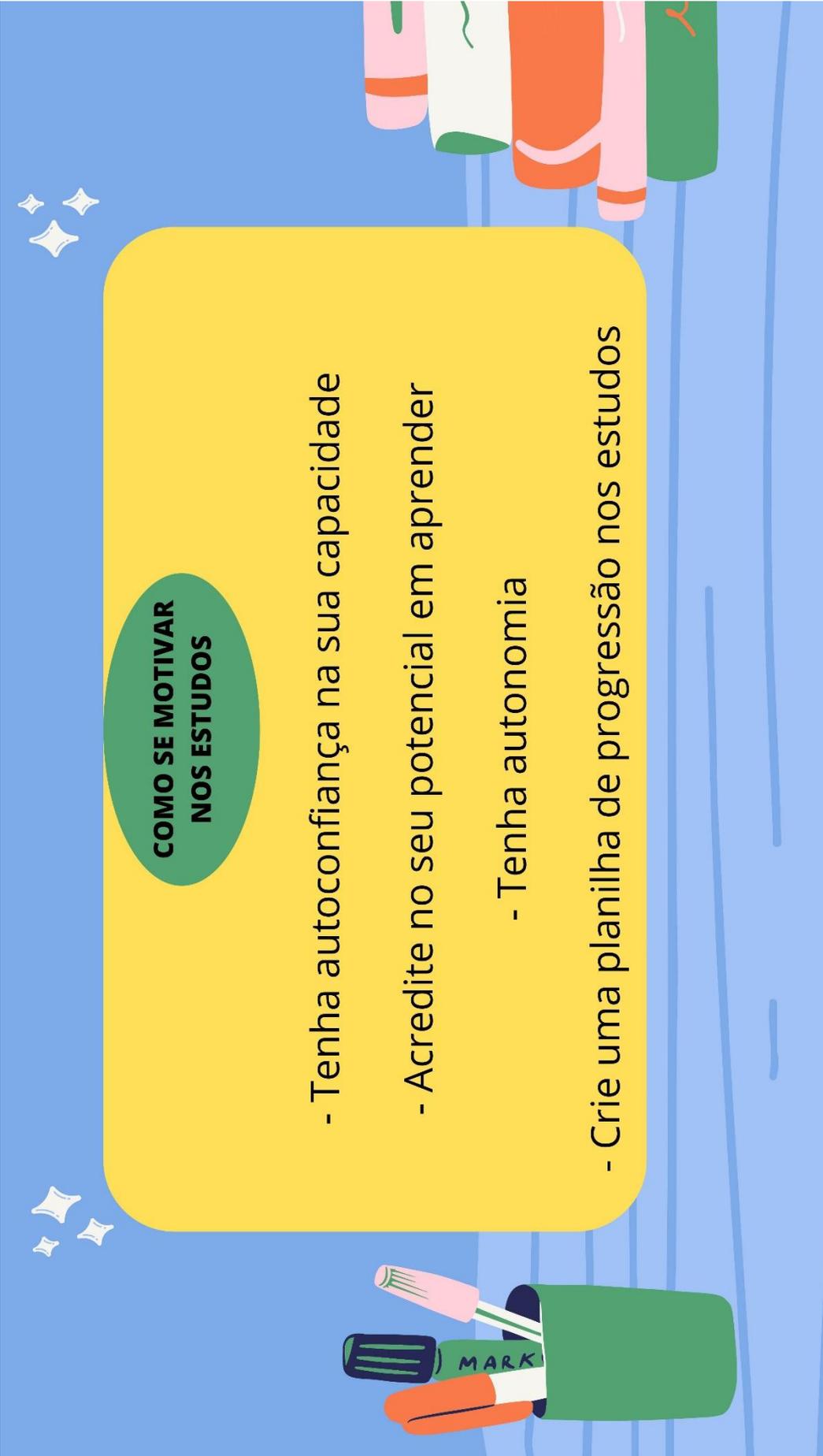
**CRIE BONS HÁBITOS DE ESTUDO**

- **Tenha responsabilidade pelos seus estudos:**  
assumir responsabilidades é algo que só depende de você e do seu grau de comprometimento com seus estudos.

## COMO SE MOTIVAR NOS ESTUDOS

- Busque motivação pessoal ou estímulo interno
  - Tenha foco
  - Crie metas, objetivos a cumprir
  - Se desafie





**COMO SE MOTIVAR  
NOS ESTUDOS**

- Tenha autoconfiança na sua capacidade
- acredite no seu potencial em aprender
  - Tenha autonomia
- Crie uma planilha de progressão nos estudos

**GOSTARIA DE  
SABER MAIS SOBRE  
ESSE ASSUNTO?**

- Como fica a prática de atividade física durante a pandemia do coronavírus

- Dicas para otimizar seus estudos durante a pandemia de COVID-19

Como organizar os horários de estudo

Cinco dias práticas para estudar em casa na Quarentena

Como Estudar? Algumas dicas sobre como melhorar a sua forma de estudo



DURANTE A AULA:



- **Procure não se atrasar para as aulas;**
  - **Fique atento às explicações durante a aula. Os momentos possibilitados pelo Google Meet são os mais próximos do seu professor;**
  - **Procure não conversar paralelamente no chat, a menos que o professor solicite interações ;**
  - **Faça anotações, tire suas dúvidas sempre que possível;**
- 



DURANTE A AULA:



- O chat do Meet é livre para suas manifestações, mas respeite a opinião do outro e o seu momento de fala;
  - Esse é um momento diferenciado, tanto para alunos como para professores; se não consegue entender o conteúdo ou acha que a forma usada pelo professor não está sendo adequada, apresente sua opinião a ele de maneira respeitosa.
- 
- 



### **Considerações finais:**

Estamos vivenciando um novo momento, um momento de aprendizado para todos os sujeitos que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem, onde todos estão aprendendo por meio do ensino remoto. Então, é muito importante agir com compreensão, respeito mútuo e aproveitar para compartilhar conhecimentos e experiências.



Neste guia de orientações pretendemos sugerir métodos e procedimentos para que os alunos possam melhor organizar sua rotina de estudos.

Aprender a se organizar é um processo que pode ser adquirido e ocorre de forma dinâmica, tendo uma grande importância em seus estudos.

Assim, esperamos que seja proveitoso e possa oferecer instrumentos para melhoria da aprendizagem.





### **Referências Bibliográficas:**

FIGUEIREDO, F. J. C. **Como ajudar os alunos a estudar e a pensar? Auto-regulação da aprendizagem.** Educação, Ciência e Tecnologia. p. 233-258, 2005.

MOREIRA, Marco Antonio. **MAPAS CONCEITUAIS E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.**Disponível

<<https://www.if.ufrgs.br/~moreira/mapasport.pdf>>Acessado em 20/07/2021.

**Neurociência: como ela ajuda a entender a aprendizagem.** Nova Escola,2012.Disponível  
<<https://novaescola.org.br/conteudo/217/neurociencia-aprendizagem>>  
Acessado em 14/07/2021.

SILVA, Tatiana. **Produto Orientações de Estudos aos estudantes do curso Técnico em Agropecuária Integrado.pdf**  
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572516/> Acessado em 14/07/2021.

